

ATA

N.º 02/2019

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

**Realizada em
25 de fevereiro de 2019**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2019:**

---Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de José Agostinho Veloso da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, António José Pereira Morgado e Jaqueline Casado Afonso Areias. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteado Neiva,
Sandra Nair Teixeira de Sá Bernardino,
Tito Alfredo Evangelista e Sá,
Otilio Silva Hipólito, em substituição de Luciana Brochado Azevedo,
Maria Alexandra Campos Esteves Faria de Vilar,
João Vítor Faria Couto, em substituição de Manuel Miranda Losa,
Fernando Manuel da Silva Carvalho,
Marlene da Silva Rolo, em substituição de Anabela Solinho Martins,
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,
Maria Goreti Cardoso Lima,
Carlos Jorge Vicente Capitão,
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro, em substituição de Manuel José Cêpa Pires Carneiro,
Baltasar Almeida Costa,
José Manuel Cruz Silva,
José Maria Losa Esteves,
Elisabete Ferreira Martins Santos,
Tânia Sofia Lima Mota,
Carla Alexandra Sá Pereira Morais Miquelino,
Manuel José Sampaio Viana,
Manuel António Lima Torres Ribeiro,
Eduardo Oliveira Maia,
Mário Pires de Boaventura,
Luís António Sequeira Peixoto,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
Aurélio Mariz Neiva,
Carlos Veiga Escrivães e
Mário Ferreira Fernandes.

---Sendo 21 horas e 10 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como dos Vereadores:

Alexandra Suzana Abreu de Faria Carvalho Roeger,
António Sérgio Moreira Mano,
Rui Manuel Martins Pereira, em substituição de Fernando João Couto e Cepa,
Maria Angélica Barros Tomé da Cruz,
Mário Rui Pereira Ferreira Neiva Losa e
António Manuel da Cruz Azevedo Abreu.-----

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

01.01 - APROVAÇÃO DE ATAS: _____

01.01.01 – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia trinta de novembro de 2018 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2018. -----
Não participaram na votação os senhores deputados municipais Marlene da Silva Rolo, Manuel Fernando Morgado Carvoeiro e Aurélio Mariz Neiva, ao abrigo do impedimento legal previsto no nº 3 do artigo 34º do CPA, por não terem estado presentes na sessão de 30 de novembro de 2018. -----

01.01.02 – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 25 DE JANEIRO DE 2019 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e cinco de janeiro de 2019 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 25 DE JANEIRO DE 2019. -----
Não participaram na votação os senhores deputados municipais João Vítor Faria Couto, Marlene da Silva Rolo e Manuel Eiras Martins de Abreu, ao abrigo do impedimento legal previsto no nº 3 do artigo 34º do CPA, por não terem estado presentes na sessão de 25 de janeiro de 2019. -----

01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO.-----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste

momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

01.03 – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA.

Interveio o Sr. Deputado Municipal, Otilio Hipólito, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo apresentado três votos de pesar, subscritos por todos os Grupos Políticos e que se transcrevem:

1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SR.ª ANA ALVES FERREIRA, SOGRA DO SR. DEPUTADO MUNICIPAL, MANUEL ALBINO PENTEADO NEIVA.

“Faleceu no passado dia 11 de Fevereiro de 2019, a Sr.ª Ana Alves Ferreira, sogra do Senhor Deputado Municipal, Dr. Albino Penteado Neiva.

A Assembleia Municipal de Esposende, na sua reunião de 25 de Fevereiro de 2019, apresenta a V. Ex.ª a sua solidariedade, propondo que seja aprovado um voto de pesar por tão doloroso acontecimento, apresentando sinceras condolências a V. Ex.ª e restante família. Mais propomos que esta deliberação seja comunicada, por escrito, à digníssima família.”-----

2 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO EX-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO, MANUEL JOSÉ TORCATO SOARES BAPTISTA.

“Foi com profunda tristeza que recebemos, no passado dia 15 de Fevereiro, a notícia da morte de Manuel José Torcato Soares Baptista. Em 2005, assumiu a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, exercendo as funções de Presidente até 2017, por via da lei de limitação de mandatos. Era, actualmente Vereador da mesma Câmara. Foi um acérrimo defensor do Poder Local.

Assim, esta Assembleia Municipal, reunida em sessão de 25 de Fevereiro de 2019, endereça as mais sentidas condolências à Família e ao Município da Póvoa de Lanhoso.

Que, esta deliberação seja comunicada, por escrito, à digníssima família e ao Município. Esposende, Paços do Concelho, 24 de Fevereiro de 2019.”-----

3 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO PROFESSOR DOUTOR JOÃO BAPTISTA DA COSTA CARVALHO, EX-PRESIDENTE DO IPCA.

“Faleceu, no passado dia 27 de Dezembro, o Professor Doutor João Carvalho.

Foi o primeiro director da Escola Superior de Gestão do IPCA, em 1996, e Presidente da Comissão Instaladora do IPCA durante 5 anos.

Doutorado em Contabilidade e investigador em contabilidade pública, com dezenas de artigos e livros publicados, era uma referência no ensino superior politécnico, reconhecido pela sua comunidade académica e científica. O Professor Doutor João Carvalho desempenhava o cargo de Presidente da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas Certificados e

era membro do Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade, tendo coordenado o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses durante 14 anos.

Além do reconhecido mérito académico, o Professor Doutor João Carvalho era um amigo de Esposende, onde mantinha residência. A paixão que revelava por Esposende fez com que fosse um acérrimo defensor da abertura, na nossa cidade, do ensino superior do Instituto Politécnico do Cávado e Ave (IPCA).

Assim, esta Assembleia Municipal, na sua reunião de 25 de Fevereiro de 2019, associa-se à família, e à comunidade académica do IPCA, endereçando as mais sentidas condolências, propondo que seja aprovado um voto de pesar por tão doloroso acontecimento.

Mais propomos que, esta deliberação seja comunicada, por escrito, à digníssima família e à comunidade académica do IPCA.”

Interveio de seguida o Sr. Deputado Municipal, Penteado Neiva, do Grupo Político do PPD/PSD, apresentando a declaração que se transcreve:

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Começo por dar os parabéns à Câmara Municipal pela forma elevada como decorreu a 9.ª Gala de Distinção de Mérito Desportivo, pelo local escolhido para a sua realização e a dignidade como foram atribuídos os 135 prémios.

Também não podemos deixar de evidenciar nesta Assembleia o mérito das duas bandas de música, pelos prémios atribuídos nomeadamente a Banda de Música de Antas que alcançou um honroso segundo lugar no Certamen Internacional de Bandas de Música Vila d’Altea, em Espanha, e a Banda de Belinho, o primeiro prémio e segundo lugar, no 5.º Concurso Internacional de Bandas “Filarmonia D’Ouro”, que decorreu no Europarque de Sta. Maria da Feira.

Mas, Senhor Presidente da Câmara, hoje decidimos apresentar nesta Assembleia uma preocupação: - o mau estado em que se encontram alguns edifícios históricos do nosso concelho.

Já aqui, nesta Assembleia, tivemos oportunidade de falar sobre o Forte de S. João Baptista e do seu estado de abandono e, também, sobre a incerteza que paira sobre a preservação e musealização do Cemitério Medieval de Fão.

Agora, e no seguimento de uma visita guiada que fiz a alguns amigos, que ao nosso concelho se deslocaram, quero-vos falar do Facho da Bonança, em Fão.

Todos sabemos que a Câmara Municipal tem demonstrado estar atenta a este e outros problemas relacionados com o património mas, permita-me Sr. Presidente da Câmara que, aqui, lhe peça que faça mais. É verdade que este tema foi discutido, e muito bem, na tertúlia “Património Arquitectónico e Culturas” que aconteceu em Dezembro no Museu Municipal mas, o nosso património exige mais acção. Não podemos ficar impávidos e serenos perante a degradação constante de um dos raros exemplares da arquitectura quinhentista do nosso concelho.

Estamos a falar de uma pequena mas importante construção que se localiza, num medão de areia, ao lado da Capela da Senhora da Bonança e que, por isso, se torna assim conhecido

por Facho da Bonança.

A Casa do Facho, assim se deveria chamar, data do séc. XVI e isso prova-o o brasão e a porta biselada, de arco redondo, virada a nascente. Por cima desta foi colocado o brasão com as armas nacionais, atribuído a D. João III portanto datável da primeira metade de quinhentos. Ainda se vislumbram pequenas vigias ou postigos, nomeadamente o da parede sul que permitiria, antes da construção no século XVIII da capela, uma visão mais ampla da parte sul se atendermos a que a grande florestação daquele espaço ocorreu em princípios do século XIX. Aquando da sua construção o mar andaria mais perto e, por isso, era um elemento fundamental para a navegação que passava bem perto dos perigosos Cavalos de Fão.

Estamos perante um edifício de pequenas dimensões – andaria à volta dos 6 por 4 metros com meia cobertura, onde se erguia um poste em madeira na ponta do qual se colocava uma lanterna ou caldeira acesa.

Depois de perder a função de Facho, foi readaptado a posto de vigia sobretudo durante a guerra da restauração, meados do séc. XVII, e para a prevenção de ataques piratas à nossa costa. Foi posto intermédio de defesa na altura das Lutas Liberais e desempenhou papel importante na causa Miguelista evitando que os aliados de D. Pedro por aqui desembarcassem.

Em 12 de Abril de 1845 o Director da Alfândega do porto de Esposende manifestou ao Administrador do concelho a vontade de estabelecer em Fão, junto à costa, um posto para albergar uma guarda que fiscalizasse os direitos da Fazenda Nacional. Depois de indagarem sobre disponibilidade de edifícios, chegaram à conclusão que o ideal seria o Facho da Bonança.

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Se hoje em dia ainda restam alguns elementos arquitectónicos deste pequeno monumento, que nos permitem minimamente apreender a sua história, deve-se ao facto de, mais ou menos sensibilizado para a preservação do património, o Administrador do concelho de Esposende, em princípios do séc. XX, não ter atendido um pedido feito pelos Mesários da Confraria da Senhora da Bonança em que estes, pretendendo embelezar o adro da Capela, e, para isso, queriam reutilizar as pedras da “Antiga prisão denominada o Facho”.

Perguntamos, Sr. Presidente,

Pese embora classificado de interesse concelhio, a quem pertence tal ruína?

Dada a sua identidade histórica e estarmos perante um dos raríssimos exemplares da arquitectura quinhentista, não valeria a pena uma musealização daquele espaço?”-----

Intervio de seguida o Sr. Deputado Municipal, Manuel Carvoeiro, do PCP, apresentando a declaração que se transcreve:

“Sr Presidente da Assembleia Municipal,

Sr Presidente da Câmara

Sras e Srs Vereadores,

*Caros colegas,
Público presente,*

Eu começava por apresentar uma moção, nos seguintes termos:

1 – MOÇÃO PARA REVOGAÇÃO DAS PORTAGENS NA EX-SCUT – A28.

“Contra os interesses do país, contra os interesses das populações nomeadamente do concelho de Esposende foram introduzidas portagens nas ex-SCUTS. Hoje, já ninguém tem dúvidas que tal medida aprofundou as injustiças, dificultou as já difíceis condições de vida de largas franjas da população e agravou, ainda mais, os indicadores socioeconómicos das regiões servidas por estas vias.

Na situação concreta da A28, a introdução de portagens originou uma subida do fluxo de trânsito na estrada nacional nº 13 e, conseqüentemente, um aumento da sinistralidade rodoviária, bem assim, a degradação desta Estrada Nacional.

O nosso concelho, à semelhança dos demais concelhos desta faixa litoral norte, está a ser vítima desta medida verdadeiramente injusta do ponto de vista económico e social.

Sofrem os comerciantes, sofrem os industriais, sofrem as famílias com o impacto negativo da introdução de portagens.

Ciente desta triste realidade, o PCP, mais uma vez, apresentou na Assembleia da República um projeto que visava a revogação das portagens nas ex-SCUT, nomeadamente na A28, Autoestrada do Norte Litoral.

Tal projeto foi discutido no dia 08/02/2019 e, também, mais uma vez, o PS, PSD e CDS juntaram-se, para prejudicar as populações servidas por estas vias, desde logo, a população de Esposende, através do voto contra do PS e abstenção do PSD e CDS-PP.

Ora, a posição do PS, do PSD e CDS-PP sobre esta matéria não pode deixar de ser vista como a continuação de entraves ao desenvolvimento económico do nosso concelho e uma barreira à mobilidade dos Esposendenses e daqueles que demandam a nossa Terra.

No fundo, em vez de um avanço para o tecido económico e para a população em geral, o voto contra do PS e a abstenção do PSD e do CDS prolongam, no tempo, um atraso estrutural desta região.

Ora, tendo esta Assembleia Municipal aprovado várias moções, apresentadas por diversos grupos políticos, tendentes à revogação das portagens na A28, posições levadas ao conhecimento dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, o chumbo do Projeto do PCP para colocar fim às referidas portagens, acaba por frustrar a genuína vontade das gentes do nosso concelho, legitimamente representados nesta órgão magno do Município.

Assim, a Assembleia Municipal de Esposende, reunida em sessão ordinária, no dia 25 de fevereiro de 2019, e considerando o supremo interesse do Concelho de Esposende e das suas gentes, e em coerência com as posições que sempre defendeu contra as portagens na A28, manifesta o seu mais vivo repúdio pela não aprovação, através do voto contra do PS e abstenção do PSD e CDS-PP, do projeto do PCP que visava, precisamente, a revogação das portagens nesta ex-SCUT – A28.

Mais deve a presente moção ser enviada aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.”

Continuando Sr. Presidente apresento a recomendação, nos seguintes termos:

1 – RECOMENDAÇÃO PARA A CONVOCAÇÃO DO SECRETARIADO EXECUTIVO DA CIM CÁVADO PARA RESPONDER PERANTE OS DEPUTADOS MUNICIPAIS PELAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA MENCIONADA CIM.

- “1. As comunidades Intermunicipais (CIM) têm por objetivo conjugar, promover e articular interesses comuns aos municípios associados, na área dos serviços coletivos de proximidade e dos investimentos municipais ao nível de:*
- a) Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;*
 - b) Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;*
 - c) Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional;*
 - d) Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal.*
- 2. Existem, pois, um conjunto de medidas e intervenções, nomeadamente na área da mobilidade, educação, energia, entre outras, onde as comunidades intermunicipais assumem um papel decisivo na sua conceção e operacionalização.*
- 3. Ora, nos termos do nº 5 do artigo 2º do Regimento da Assembleia Municipal e do nº 5, alínea a) do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete a este órgão convocar o Secretariado Executivo da Comunidade Intermunicipal do Cávado, para responder perante os deputados municipais pelas atividades desenvolvidas no âmbito da mencionada CIM.*
- 4. Não obstante esta competência prevista na Lei e no Regimento em apreço, nunca esta Assembleia Municipal a exerceu, mesmo sabendo todos que há projetos e medidas da responsabilidade da CIM Cávado que diretamente dizem respeito ao nosso concelho.*
- 5. Assim, a Assembleia Municipal de Esposende, reunida em sessão ordinária, no dia 25 de fevereiro de 2019, e considerando os interesses do n/ Município, considera absolutamente necessário a efetivação de tal competência, sendo para o efeito, e nos termos da disposição regimental acima referida, de convocar o Secretariado Executivo para responder perante os deputados municipais pelas atividades desenvolvidas no âmbito da mencionada CIM e com interesse para o nosso Município.”*

“E para concluir aqui algumas questões que têm a ver com o seguinte:

Eu creio que era importante, olho para o público e não o vejo, mas habitualmente costumam estar aqui homens ligados à comunicação social e que estão passivamente, e quando se pergunta se vão divulgar se não vão, dizem que estão de pés e mãos atadas porque não podem gravar, divulgar o que se passa nesta Assembleia. Olhando para os municípios vizinhos Barcelos, Braga, Matosinhos, Porto, Viana do Castelo, é permitido, os respetivos regimentos contemplam a gravação das sessões das Assembleias Municipais e depois até a colocação para visualização futura dessas gravações. Eu creio que é tempo de alterarmos o Regimento no sentido de permitir que a comunicação social recolha imagens, grave estas sessões, as divulgue em direto e que fiquem até alojadas depois no portal do município.

Também as condições de trabalho nesta sala da Assembleia Municipal, creio que já é tempo de criar condições de trabalho nesta Assembleia, não há microfones nas bancadas, afigura-se impossível ligar um computador, era de dar um passo e a breve trecho, no sentido de resolvermos de uma vez por todas estas condições de trabalho.

Depois, retomando aqui uma questão já antiga que tem a ver com a reunião do Conselho Municipal de Segurança. O Conselho Municipal de Segurança é um Conselho consultivo do

município, que durante muito tempo, sempre que reuniu foi preciso uma grande pressão feita aqui pelo PCP nesta Assembleia, mas lá ia reunindo, neste mandato pela informação que tenho, ainda não reuniu o Conselho Municipal de Segurança. Eu creio que era importante que se agendasse também o mais rápido possível uma reunião, porque é importante o funcionamento deste órgão consultivo.

Durante muito tempo abordei aqui um problema que tem a ver com os muitos poços existentes nos terrenos em Marinhas e particularmente em Mar e Belinho. Eu sei que a Câmara fez trabalho neste sentido, recenseou, identificou todas as situações, mas falta a segunda fase, isto é, que medidas tomar para de uma vez por todas, criar medidas de segurança, se calhar selar alguns destes poços, o que é que, tem o município pensado no que concerne a esta segunda fase, no sentido de resolver o problema?

Cheguei a colocar mais do que uma vez, creio que aqui, mas também quando fazia parte do Conselho Municipal de Segurança, um problema que tem a ver com os meios de combate e de socorro concretamente a uma situação muito concreta do nosso município, mas que existe e que temos que ter particular atenção, aliás nessa participação no Conselho Municipal de Segurança participou o Comandante dos Bombeiros Voluntários, que na altura até me deu razão e isso está plasmado nas atas e que também manifestou ser uma preocupação dele, concretamente nas torres de Ofir. Estamos perante três prédios com catorze andares cada um e esperemos que nunca aconteça, mas na eventualidade de um sinistro nos últimos pisos daquelas torres, perguntamos como resolver o problema. Dirá a Câmara, bem isto não é conosco, mas pode ter aqui um papel e o Conselho Municipal de Segurança é importante que continue a abordar estas questões, no sentido da resolução deste problema.

Outro problema tem a ver com a sustentação de declives nas vertentes da arriba fóssil, desde logo na estrada de S. Lourenço, tive notícia de que poderão existir situações que configurem alguma perigosidade, isto é, que conhecimento tem a Câmara de situações de eventual rutura em situações de declive e vertentes nesta arriba fóssil.

Há pouco tempo a comunicação social deu nota de um bloco granítico, não me recordo em que zona do país é que caiu, quase cai em cima de uma habitação, isso foi notícia, eu pergunto, até porque falando com algumas pessoas da Abelheira, se há alguma monitorização do grau de estabilidade dos blocos graníticos no Monte da Abelheira, junto aos moinhos concretamente no chamado de Monte de Achão, e depois a situação dos caulinos em Vila Chã que o Dr. Neiva, no dia 28 de novembro colocou aqui, o Senhor Presidente respondeu, informando que iria ver, porque não tem a Câmara a tutela sobre o problema concreto que o Dr. Neiva colocou, iria colocar o problema sobre o tratamento que está a ser dado, se aquela mina cessou a exploração, qual é o ponto de situação sobre isto, Sr. Presidente.

E para finalizar, o problema da poluição do rio Neiva, há pouco tempo foi notícia no Diário do Minho, o aparecimento de grandes manchas de água suja, com espuma na água, o que se está ali a passar, a Câmara recenseou, teve conhecimento, o que é que se passa com isto.

Obrigado Sr. Presidente!"

De seguida, interveio a Sr.^a Deputada Municipal, Tânia Mota, do CDS-PP, apresentando a declaração que se transcreve:

*"Muito boa noite a todos,
Sr Presidente desta Assembleia,
Sr Presidente da Câmara,*

*Senhoras e Senhores Vereadores,
Senhores Deputados Municipais,
E demais presentes,*

Vou deixar aqui um conjunto de reflexões e algumas questões ao executivo municipal, sendo que, a primeira delas, no fundo acaba por estar relacionada com a fixação de empresas no concelho e a cativação e a manutenção do emprego. E no fundo, sendo certo que este era já um tema que aqui queria trazer, a verdade é que não deixa de haver um certo impulso para também de qualquer modo não deixar de a trazer, até em função de um dos pontos da ordem do dia de hoje, mas no fundo, passarei a explicar. Tendo presente que o executivo municipal vem dizendo que a área económica vai merecer, ou merece, uma atenção muito especial, sendo que o presente ano, nas palavras do Sr. Presidente, será um ano estratégico e atendendo a que se pretende ter uma base logística, para avançar para o acolhimento ao empresário, para no fundo criar serviços e até aprofundar uma eventual parceria com a ACICE, isto são palavras do Sr. Presidente, será relevante esclarecer em que termos se pretende fazer esse acolhimento aos empresários no sentido de os mesmos aqui se fixarem e assim se criarem postos de trabalho. Bem como, se torna premente esclarecer em que termos se propõe o município ser – e passo a expressão – user friendly das empresas, tornando-se num concelho atrativo para o investimento privado. E, chegada aqui, não posso deixar de dizer o seguinte, é que palavras leva-as o vento, retórica também, sendo que, naturalmente que os atos são o que conta, e a execução desses atos, no fundo aquilo que se passa na realidade. Até porque espera-se que a estratégia para a fixação de empresas e a cativação do emprego, seja de facto e de direito, uma prioridade. No entanto, e já no início falava disto, a avaliar por um dos pontos da sessão dos trabalhos que hoje aqui será deliberado, diríamos que o discurso não é coerente com os atos e isso sem prejuízo de aquando da discussão desse ponto, voltar ao assunto. Na verdade, é inadmissível que uma empresa em maio de 2016 dê entrada de um pedido no município, para avaliar a possibilidade de lhe vir a ser concedida uma isenção de IMI e que esse requerimento apenas em fevereiro de 2019, venha a esta Assembleia para ser analisado, discutido e deliberado. Bom, poder-me-á dizer o seguinte, no pedido faz-se referência que até setembro de 2018, o que está previsto fazer e nomeadamente a criação do emprego será, mas estamos a falar de cerca de três anos. Pergunto, em que moldes pretende o município trabalhar ativamente para a fixação das empresas existentes, para a cativação de novas, e para a manutenção e criação do emprego.

Espera-se no fundo que o caminho não seja o exemplo que aqui já falei, porque a ser esse, esse caminho não só não é certo, como arruína, ou pode arruinar qualquer expectativa, ou qualquer vontade de investir e de valorizar o concelho.

Por outro lado, falaria aqui de cedência ao domínio público de determinadas parcelas de terreno e vou falar neste assunto, a propósito das obras de reabilitação que ocorreram nas Marinhas, junto à igreja, e não obstante o facto de a obra estar já concluída, e ter até sido já inaugurada, e vou fazer perguntas concretas e diretas.

Como correu o processo preliminar de negociação com os proprietários dos prédios adjacentes?

Foram contactados todos os proprietários?

Uma vez alcançado acordo com alguns proprietários para a cedência dessas parcelas, quais eram as contrapartidas dessa cedência?

Os compromissos ou contrapartidas assumidos com os proprietários foram cumpridos?

Caso não tenham sido, por que motivo ou motivos?

Caso ainda não o tenham sido, tem algum proprietário tentado agendar uma reunião com o Sr. Presidente de Câmara?

E, caso essa tentativa venha sendo feita, os pedidos de reunião têm sido atendidos?

Por fim e faço uma questão, embora esta já de caráter mais geral com aplicação concreta a esta matéria, mas também a todas as demais, qual é o tempo que medeia entre a apresentação de um pedido de reunião, por banda de um munícipe e a realização dessa reunião?

Falaria entretanto também na aposta que o município vem fazendo no Turismo, e diríamos que concordamos até com essa aposta, nas suas diferentes vertentes, sendo certo que, o concelho apresenta um conjunto de características que, todos quantos nos visitam, valorizam.

Fazem parte até da informação escrita do Sr. Presidente, várias iniciativas com vista à divulgação do concelho, como é o caso da participação no Xantar, ou a referência à organização da Passagem de Ano no concelho, entre muitos outros.

Entretanto, não posso deixar aqui de referenciar que, recentemente tomamos conhecimento que um concelho vizinho tem vindo a apostar na criação de infraestruturas hoteleiras, sendo que de contrário, em Esposende, e falamos no concelho como um todo, vem-se assistindo a um certo declínio das infraestruturas existentes e, sem que haja um acompanhamento da valorização ou aposta no turismo, na correspondente resposta hoteleira e a esse propósito, sendo certo que, a esse propósito, não ignoramos que o investimento privado é essencial, não posso deixar também de perguntar:

- Que medidas tem em mente o executivo municipal, no sentido de dar um impulso à valorização das infraestruturas existentes e para a criação de novas.

Uma última reflexão e questão tem a ver até com um ponto da informação escrita do Sr. Presidente e que diz respeito, nomeadamente à degradação dos imóveis nos centros urbanos, cito aqui uma parte daquilo que, no fundo é a informação escrita do Sr. Presidente, que nos diz o seguinte "o município tem vindo a proceder ao levantamento dos prédios degradados existentes no concelho, no sentido de garantir a sua conservação e manutenção obrigatórias, ou seja, estão em causa as edificações em estado de degradação, em risco de ruína, ou que, por questões de salubridade possam constituir perigo para a saúde pública".

Face a essa referência e é certo que, da sua informação não consta apenas isto, quais as medidas concretas que a Câmara pensa adotar em relação aos edifícios devolutos nos centros urbanos e, isto naturalmente para além dos benefícios ou incentivos aos particulares designadamente em sede de PARU.

E por aqui termino, muito obrigada."

De seguida, interveio a Sr.ª Deputada Municipal, Sandra Bernardino, do Grupo Político JPNT, começando por fazer a intervenção política que se transcreve:

"Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhoras e senhores Deputados Municipais

Senhor Presidente da Câmara

Senhoras e senhores vereadores

Minhas senhoras e meus senhores

Eu sei que me vou repetir, mas se há defeito que tenho é de perceber bem os assuntos e para isso necessito de obter respostas às dúvidas que ainda subsistem e assim pergunto, quanto ao

edifício Pérola de Apúlia, em maio de 2017 lia-se no Boletim Municipal, "Pérola apuliense, futuro do edifício, passa por consulta popular", passados quase dois anos, o futuro não se vislumbra e o que se vê é um edifício em ruínas, a cair aos bocados.

Sr. Presidente, não houve tempo pelo menos, para a consulta popular?

Relativamente ao Centro de Negócios uma vez mais, conforme já foi dito muitas e por diversas formas, o Centro de Negócios foi um bom negócio, mas só para alguns, para o arrendatário, para quem fez os projetos de intervenção e do modelo de funcionamento, quanto aos munícipes, esses, continuam sem ver futuro, num equipamento que no anterior mandato foi a bandeira e o projeto de eleição, pois iria trazer um grande desenvolvimento económico ao nosso concelho.

Sr. Presidente será que é agora que o projeto vai avançar, depois de mais umas contratações e avenças para apoio ao setor das atividades económicas?

Sr. Presidente diga de uma vez como é que está este processo.

Quanto à escola de Pinhote, passados uns meses largos desde que nesta Assembleia um munícipe foi enxovalhado, insinuando o Sr. Presidente que tinha motivações políticas para o fazer, quando apenas veio aqui defender condições dignas para o seu filho e as outras crianças desta escola de Pinhote, verificamos que aqueles alunos continuam sem poder aceder à escola nos dias de chuva.

Sr. Presidente para quando a data de conclusão das obras, cujo prazo foi ultrapassado há largos meses.

Em relação à Loja Social,

Sr. Presidente, depois de tantos avanços e recuos, projetos e anteprojetos, orçamento da responsabilidade deste e daquele, como é que está o processo de permuta da Loja Social? Se efetivamente a Câmara quer avançar com a permuta, não será melhor ser ela própria a responsável pelas obras no edifício a ocupar, como seria normal e natural? Porquê e para quê o atual proprietário realizar estas obras?

Só se justifica, pensamos nós, com o facto de assim haver uma justificação para que nada se avance e, mais uma vez a culpa ser atirada para cima dos outros.

E relativamente ao pavilhão desportivo de Vila Chã, o que tenciona a Câmara Municipal fazer com este pavilhão em construção na freguesia de Vila Chã, junto ao campo de futebol?

Quanto ao Canal e eu nem sei se será melhor chamá-lo de tal canal, porque realmente já parece um programa de televisão de cariz humorístico.

Sr. Presidente, será que passados quatro anos desde o seu anúncio público em sessão realizada em Esposende para o efeito, com a presença do Ministro, é no inverno de 2019 que vamos ver a importância do Canal para a proteção da cidade de Esposende?

E em relação às intervenções PARU, perguntamos Sr. Presidente se chegaram à Câmara Municipal algumas propostas no âmbito da consulta pública para as intervenções previstas no PARU, nomeadamente a requalificação do Mercado Municipal, do Largo Rodrigues Sampaio, da Zona Central de Marinhas, da Alameda do Bom Jesus de Fão e da adaptação do antigo quartel da GNR em arquivo municipal.

Também perguntamos Sr. Presidente quantos projetos deram entrada na Câmara Municipal, de requalificação de edifícios, aproveitando os benefícios aprovados pela Câmara Municipal no âmbito dos Programas Estratégicos da Reabilitação Urbana, nos centros urbanos de Esposende, Marinhas, Apúlia e Fão. Lembramos que esta medida foi aprovada em junho de 2017 e passados quase dois anos, nada se sabe sobre o seu impacto.

E por fim, foi dito ontem numa inauguração de uma rua existente, e que foi intervencionada, que este executivo não se rege por ciclos autárquicos, mas tem um trabalho contínuo, eu acho que devemos andar todos distraídos, pois para além de assinaturas de protocolos que espremidos não passam de intenções e boas vontades, de umas inaugurações de ruas, de alguns poucos projetos da Polis que avançam, e das iniciativas regulares dos Serviços Municipais, este primeiro ano e meio de mandato tem sido um deserto absoluto de ideias e ações, aliás há no seio deste executivo vereadores que ainda não se deu por eles.

E foi anunciado, tal como no anterior mandato, um plano de investimento nas Freguesias, a concretizar no último, ou nos dois últimos anos do mandato, afinal este executivo rege-se ou não pelos ciclos políticos?

Sabem do que me lembrei agora, daquele célebre ditado Português que diz "bem prega Frei Tomás". Muito obrigada!"-----

Pelas 21h50m antes de terminarem as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, propôs prorrogar este período por mais trinta minutos, colocando o mesmo à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

Intervieio de seguida o Sr. Deputado Municipal, Tito Evangelista do Grupo Político do PS, apresentando a declaração que se transcreve:

*"Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhores membros da Mesa
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados,
Público em geral,*

O anterior mandato desta maioria foi caracterizado essencialmente pelos últimos meses do mandato, por obras nos adros da igreja, foi a grande obra do mandato anterior, foram obras nos adros da igreja. Este mandato pela propaganda que tenho visto quer no jornal oficial da Câmara, quer nos jornais oficiosos que por aí andam, também serão obras de alindamento em zonas centrais das localidades. No entanto, aquilo que era importante para o desenvolvimento de Esposende está por fazer. E está por fazer e já que esta maioria não tem ideias, nem tem estratégia, podia ir buscar pelo menos as ideias e as estratégias constantes do PDM que foi aprovado vai fazer 26 anos.

As obras estruturais que estão previstas no PDM de há 26 anos, estão por fazer.

Está por fazer a variante de Esposende, a variante de Fão, a variante de Antas-Forjães, a Zona Industrial de Fão, a Zona Industrial de Vila Chã, isto já para não falar nas obras estruturais para o concelho, como sejam o arranjo da barra, o desassoreamento do rio, o arranjo das docas.

Esta Câmara não tem tido capacidade nem para fazer, nem para conseguir meios, seja da Administração Central, seja dos Fundos Comunitários, e não tem tido neste mandato, não tem tido no mandato anterior, nem tem tido esta maioria de há muitos anos. No entanto, este Presidente está à frente desta Câmara há seis anos e mais quatro anos como Vice-Presidente, já vai a caminho de dez anos que está à frente da Câmara em lugar de destaque.

Todas essas obras estruturais estão por fazer, habitação social há muitos anos que não se faz nada em Esposende de habitação social, tirando pequenos arranjos ou reparações, coisas pontuais, habitação social em quantidade para satisfazer as necessidades de habitação da população mais carente, há muitos anos que não se faz nada, principalmente espalhado pelas freguesias do concelho. Por isso, essas obras estruturais e que são fundamentais para o desenvolvimento, essas é que têm que ser feitas.

Isso de dizer, queremos captar indústria, queremos captar população, tudo isso é muito importante, mas é importante fazer as obras estruturais, são essas que podem ser um efeito multiplicador no desenvolvimento.

A zona desportiva de Esposende prevista no PDM de há 26 anos está por fazer.

Um pavilhão em Esposende não existe, está por fazer.

Foi mudada a feira lá para cima junto à Central de Camionagem, todos os eventos fazem-se cá em baixo, ninguém faz nada na zona que foi criada para esse efeito, para esses eventos, e é isso que era importante que houvesse no desenvolvimento do concelho de Esposende. E enquanto essas obras que são verdadeiramente cruciais para Esposende não forem feitas, Esposende não se desenvolve.

Sem querer maçar as pessoas, ouvindo o meu amigo Dr. Neiva que falou sobre a questão do Forte, o abandono do Forte, o Forte está entregue à Câmara, continua abandonado é verdade. Era suposto a Câmara quando recebeu o Forte e a Estação Radionaval já soubesse o que é que lá ia fazer, já tivesse os projetos adiantados para o que lá ia fazer. Afinal, não!

Há um ano que está aprovado e já está na posse efetiva da Câmara há cerca de seis meses e até agora nada, não foi feito nada. Uma pessoa quando quer alguma coisa, é para fazer lá algo, não é ficar com o Forte e ficar com a Estação Radionaval e agora não saber bem o que é que lá vai fazer, nem ter bem ideias do que é que lá quer fazer. Aliás até porque o Forte, como o Sr. Dr. sabe foi cedido por cinquenta anos, um ano já foi à vida.

Quando o Sr. Dr. começou a falar da questão do abandono do património, nomeadamente do Facho da Bonança, o Sr. Dr. sabe muito bem de quem é o Facho da Bonança, aquilo é uma pergunta retórica, o Sr. Dr. sabe melhor do que ninguém de quem é o Facho da Bonança, portanto eu interpretei esta pergunta, como uma pergunta retórica. Mas eu até fiquei assustado, quando o Sr. Dr. começou a levantar problemas da preservação do Património Cultural no concelho, eu até pensei que o Sr. Dr. ia falar nos Moinhos da Abelheira, eu até fiquei assustado, eu pensei será que o PSD se vai revelar hoje quanto à sua maioria e quanto ao poder, será que hoje vão dar o grito do Ipiranga e vão apontar os erros desta maioria que há dezenas de anos anda a prometer que vai promover e proteger os Moinhos da Abelheira, que aparece sempre com cem euros no Plano de Atividade e Orçamento, de ano para ano, para dizer que está lá e de ano para ano continuam sem fazer nada e o Património continua-se a degradar e só se falam nos Moinhos da Abelheira, isso também era uma obra, e as azenhas que estão por aí abandonadas e eu diria assim, bem a culpa não é só deste Presidente, pois não, antes dele já estiveram outros, só que este já está lá como Vice-Presidente e agora Presidente, há quase dez anos, dez anos é muito tempo! E já era tempo para se ver alguma coisa feita a nível de preservação do Património, nomeadamente dos Moinhos da Abelheira que falei agora. E portanto, nós temos uma máquina Camarária altamente oleada e afinada na propaganda, temos uma máquina Camarária altamente oleada e afinada nos seus propósitos retóricos e depois temos uma obra que nada. Aquilo que a Dr.ª Sandra Bernardino disse é bem verdade, infelizmente para os meios que Esposende tem, para as possibilidades que tem, o que se tem feito é muito pouco, muito pouco, muito pouco!

*Até parafraseava o meu camarada, é muito pouquinho.
Portanto, meus amigos, enquanto Esposende não mudar de rumo, não vamos a parte nenhuma.
Obrigado!"*-----

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação os três votos de pesar subscritos por todos os Grupos Políticos, tendo-se obtido as seguintes votações:

1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SR.ª ANA ALVES FERREIRA, SOGRA DO SR. DEPUTADO MUNICIPAL, MANUEL ALBINO PENTEADO NEIVA.-

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR, SUBSCRITO POR TODAS AS BANCADAS POLÍTICAS, PELO FALECIMENTO DA SOGRA DO SR. DEPUTADO MUNICIPAL, MANUEL ALBINO PENTEADO NEIVA.-----
MAIS DELIBEROU TRANSMITIR ESTE VOTO À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.-----

2 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO EX-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO, MANUEL JOSÉ TORCATO SOARES BAPTISTA.-

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR, SUBSCRITO POR TODAS AS BANCADAS POLÍTICAS, PELO FALECIMENTO DO EX-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO, MANUEL JOSÉ TORCATO SOARES BAPTISTA.-----
MAIS DELIBEROU TRANSMITIR ESTE VOTO À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA E AO MUNICÍPIO.-----

3 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO PROFESSOR DOUTOR JOÃO BAPTISTA DA COSTA CARVALHO, EX-PRESIDENTE DO IPCA.-

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR, SUBSCRITO POR TODAS AS BANCADAS POLÍTICAS, PELO FALECIMENTO DO PROFESSOR DOUTOR JOÃO BAPTISTA DA COSTA CARVALHO.-----
MAIS DELIBEROU TRANSMITIR ESTE VOTO À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA E À COMUNIDADE ACADÉMICA DO IPCA.-----

De seguida, pelas vinte e duas horas e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal suspendeu os trabalhos, para conferência de líderes, com vista à discussão da moção e da recomendação apresentadas.-----

Pelas vinte e duas horas e quinze minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal retomou os trabalhos, colocando à votação os assuntos propostos no período de antes da ordem do dia, tendo-se obtido as seguintes votações:

1 – MOÇÃO PARA REVOGAÇÃO DAS PORTAGENS NA EX-SCUT – A28.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A MOÇÃO PARA REVOGAÇÃO DAS PORTAGENS NA EX-SCUT – A28, APRESENTADA PELO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DO JPNT, DO PCP, DO CDS-PP E DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E 5 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DOS PRESIDENTES DE JUNTA DA FREGUESIA DE GEMESES E DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO.-----

MAIS DELIBEROU QUE SEJA DADO CONHECIMENTO DA MESMA AOS GRUPOS PARLAMENTARES DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.-----

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Apúlia e Fão foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“O tema das portagens na A28 e noutras vias semelhantês, quando de uma forma pura e dura se pede a abolição das portagens é preciso saber do que se está a falar e do que se quer. Eu admito que se esta proposta falasse que na realidade deveria haver algum tipo de benefício para os habitantes da zona envolvente, para as empresas que estão na zona envolvente, e por alguma forma de passageiros frequentes ou o que fossem tivessem um benefício por ali passarem, eu estaria totalmente de acordo. Isto porque, não podemos esquecer que o facto de existirem portagens neste tipo de vias estruturantes, existe um comércio local, seja de restauração, de cafés, um comércio de passagem, que vive pelo facto de as pessoas não estarem dispostas a pagar portagens na A28. Portanto, quando se pede de uma forma pura e dura esta abolição, é preciso ter um pouco de sentido também no inverso, portanto, primeiro ponto porque as vias têm que ser pagas, e segundo ponto, porque há esta negação se as portagens forem totalmente abolidas. Portanto, sou totalmente de acordo a uma compensação a nós que podemos de alguma forma ter necessidade de as utilizar porque somos próximos, ou até as próprias empresas que aqui estão na envolvência.”*-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“O partido socialista vota contra a proposta, embora esteja a favor da abolição das portagens na A28, mas nos termos em que a proposta está feita e os considerandos que tem são inadmissíveis para que pudéssemos votar a favor da proposta.”*-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“O Grupo político do PSD nesta Assembleia vota a favor desta moção porque sempre estivemos contra estas portagens e, em devido tempo, integramos uma comissão intermunicipal (Esposende, Viana e Póvoa) para mostrar o nosso desacordo e pressionar o Poder Central e a Assembleia da República a não portajar este troço de autoestrada; porque também nesta Assembleia tivemos essa mesma posição; Pese embora o texto final da Moção tenha um cunho marcadamente político, focando-se na forma como decorreu a votação de uma proposta do PCP na A.R., o que seria de todo desnecessário para aqui, votamos favoravelmente esta Moção da CDU.”*-----

Pelo membro do Grupo Político do CDS-PP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Voto favoravelmente porque de facto estou de acordo com a eliminação das*

portagens, não obstante isso, não podia deixar de apresentar esta declaração de voto também, pelo facto de, o respetivo texto estar com alguns considerandos sobre os quais não se pode concordar e nessa medida, cumpre aqui esse esclarecimento, penso que seria de evitar este tipo de considerandos na medida em que, de facto aqui o que está em questão é o concelho e o município e não as posições que determinados partidos políticos adotam na Assembleia da República. Muito obrigada.-----

1 - RECOMENDAÇÃO PARA A CONVOCAÇÃO DO SECRETARIADO EXECUTIVO DA CIM CÁVADO PARA RESPONDER PERANTE OS DEPUTADOS MUNICIPAIS PELAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA MENCIONADA CIM.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP, PARA A CONVOCAÇÃO DO SECRETARIADO EXECUTIVO DA CIM CÁVADO PARA RESPONDER PERANTE OS DEPUTADOS MUNICIPAIS PELAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA MENCIONADA CIM.-----

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

O Senhor Presidente da Assembleia passou de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos senhores deputados municipais e para a sua intervenção política, uma vez que não havia pedidos de esclarecimento relativamente à Informação Escrita do Sr. Presidente da Câmara.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dito o seguinte:

*“Senhor Presidente,
Restante Mesa,
Senhores Vereadores,
Senhores Presidentes de Junta,
Senhores Deputados Municipais,
Público presente,*

Tentando ser sintético nas minhas respostas e não deixar nada por responder, relativamente à intervenção do senhor deputado Penteado Neiva, sim, é verdade que é um edifício que está classificado como Património Municipal e portanto basta dizer isso para dizer que é um edifício importante para nós, mas lembrar também que o município tem feito um grande esforço nos últimos anos em termos de investimento no património municipal e recordo esta luta que foi para termos na nossa posse efetiva o Forte S. João Batista, a Estação radionaval que não deixa de ser também um Património localizado no nosso município, que o Estado tinha deixado ao abandono durante cerca de 20 anos um e o outro enfim, nas condições também lamentáveis em que está.

Recordando também que o próprio edifício Pérola é um edifício do final do séc. XIX e também foi adquirido pelo município, portanto se juntarmos a isto a nossa intenção que está dependente apenas da regularização predial da Casa Manuel Boaventura, estamos a falar de

um investimento apenas em aquisição de imóveis, na ordem dos dois milhões de euros. Portanto, investimento em termos de salvaguarda do património tem sido feito e sabemos que, quer o Estado quer os próprios privados, acabam por tratar pior o próprio património do que o município em si mesmo. Agora, também é verdade que os fundos são o que são e as nossas verbas e receitas também e, portanto temos que dar um passo de cada vez, o primeiro passo era mesmo conseguir a posse destes imóveis e neste momento estamos a trabalhar, mas falarei disso mais à frente, sobre a sua requalificação, valorização, encontrando saídas que podem passar obviamente pelos privados, mas também podem passar por edifícios que ficam ao serviço das comunidades do ponto de vista público ou de intervenções diretas do município, tal qual como eu já referi quer em relação à Estação Radionaval, quer em relação às nossas intenções para o Forte S. João Batista. Portanto, eu acho que urge mesmo uma clarificação sobre a posse do edifício, sobre a propriedade do edifício, sendo certo que, ele será municipal mas, não temos a certeza se é assim ou não mas, isso implica de facto que se estude essa situação e agradeço-lhe o facto de ter trazido este assunto aqui, porque nunca é demais lembrar e naturalmente que a sua formação de base muito contribui para relembrar estes assuntos, quer em relação a isto, quer em relação ao Megalitismo temos um conjunto de situações mas também já aqui falou a respeito disso e estamos a trabalhar nisso e a tentar melhorar dia após dia, assim como por exemplo o cemitério medieval de Fão que também é uma preocupação para nós, tudo isto entronca numa dificuldade que é o facto de, o Estado não conseguir, ter uma Direção-Geral da Cultura que não tem um cêntimo, isto é a realidade, pedimos apoio e não têm dinheiro absolutamente nenhum, não ajudam em nada, os próprios fundos comunitários que seguiram o anterior Governo e este pelo menos no que a este quadro comunitário diz respeito, encontrar verbas para investirmos na requalificação do Património, o que é inaceitável, mas é assim e não estou a dizer que é este Governo, estou a dizer que ambos os Governos não têm conseguido, ainda agora este também não conseguiu arranjar verbas para esta área, basta dizer que tivemos que fazer uma intervenção em S. Lourenço, aliás, constituímo-nos como a Rede dos Castros do Noroeste, fui assinar à Póvoa de Varzim um acordo com os municípios todos aqui da orla costeira, no intuito de ser aberto um aviso, através da Direção-Geral da Cultura para se conseguir fazer a requalificação dos Castros e estamos a falar de Castros apenas e estava certinho o dinheiro, constituímos a rede, apresentamos a candidatura e foi chumbada. A candidatura da Direção-Geral da Cultura aos Fundos Comunitários que é promovido pela Comissão de Coordenação, o Aviso vejam só, conclusão, já tínhamos lançado o concurso, tivemos que pagar nós as obras duzentos e sessenta mil euros, foi o que nós ganhamos em confiar no Estado e naquilo que é o grande investimento que eles vão dizendo que se faz nessas áreas e que não há dinheiro absolutamente nenhum para nada e não é à toa que neste momento se pense na descentralização e em passar grande parte destes imóveis para os Municípios, pudera, pois estão quase todos ao abandono. Portanto, agradecendo-lhe o facto de ter trazido esse assunto aqui, nós vamos olhar obviamente para esta situação em concreto e tentar perceber essa clarificação sobre a propriedade e tentar idealizar para ali um projeto de valorização ou de musealização mesmo. como disse e muito bem, deste espaço.

Quanto às intervenções do senhor deputado Manuel Carvoeiro eu não deveria eventualmente pronunciar-me sobre as moções apresentadas mas claro que esta questão da A28 é uma preocupação para nós, não deixando de concordar também com o Sr. Presidente da Junta da UF de Apúlia e Fão porque se calhar era possível encontrar aqui uma medida intermédia que

salvaguardasse todos os interesses em causa, já não é muito aceitável que retirem em determinados locais e que noutros mantenham, portanto isso é inaceitável e aí já começa a criar uma situação difícil de gerir e mesmo na autoestrada do Algarve como é por demais conhecida, na via do Infante, em que retiram e depois a seguir, aqui, acabamos por ter as portagens na mesma. Criam-se aqui de facto, desigualdades no território que não são muito aceitáveis e lembrando por exemplo que foi já feita uma requalificação da Nacional 125, tomáramos nós que a Nacional 13 sofresse uma requalificação dessa natureza e mesmo assim, acabam por ter determinado tipo de benefícios que são para nós inaceitáveis, porque tem muito mais a ver com beneficiar o setor do Turismo do que propriamente os residentes que são quem paga esta fatura diariamente o que é de lamentar.

Portanto, tudo aquilo que seja para benefício da nossa população, para pagarmos menos impostos ou portagens ou o que seja, são sempre propostas bem-vindas.

Quanto à questão da Comunidade Intermunicipal, eu vou dizer uma coisa que poderá ser politicamente incorreto, mas eu não sou um grande apreciador das Comunidades Intermunicipais, acho que há qualquer coisa que ficou a falhar em todo este processo, mas de qualquer maneira têm sido úteis no âmbito, pelo menos na gestão daquilo que são os fundos comunitários ao nível destas nudes. De qualquer forma nós temos aproveitado relativamente bem esta relação entre os vários municípios, pelo menos serve para isso, para estimular a relação entre os vários municípios e projetos eventualmente comuns, mas há ainda muita areia na engrenagem, de qualquer modo, como está plasmado na Lei, eu penso que isto nem devia ser discutido aqui, é um mero requerimento ao Senhor Presidente da Assembleia, ele só tem é que convocar o Sr. Secretário, o Eng.º Luís Macedo, que é um profundo conhecedor até do nosso território aqui de Esposende, para vir aqui, ou numa sessão seja ela qual for, apresentar o trabalho que tem sido desenvolvido ao nível da CIM.

Conselho Municipal de Segurança, houve uma alteração à legislação, nós vamos reunir o Conselho Municipal de Segurança em breve e portanto há que convocar novos elementos, etc e eles estão também sempre a mudar, mas isso será para abordarmos estas e outras matérias, a questão dos poços, nós fizemos o nosso trabalho, fizemos sessões inclusive nalgumas freguesias, na freguesia de Belinho e em Mar, recorde-me que foi feita uma formação relativamente a este assunto portanto, o trabalho foi feito, existem quatrocentos e tal só nessas freguesias atenção, portanto é um assunto muito sério e as pessoas foram notificadas, os proprietários foram identificados e depois fizeram-se sessões nas freguesias indicando quais eram as medidas que deviam adotar, agora urge se calhar uma fiscalização mais efetiva, porque não estamos a falar de nada especial, estamos a falar da sinalização do poço e estamos a falar de uma vedação eventualmente, ou tapar, ou vedar, portanto faz todo o sentido que seja assim.

Quanto à questão dos taludes e dos caulinos, estes dois assuntos foram tratados em sede de Proteção Civil Municipal, pelo Eng.º Carlos do Carmo, há dois relatórios, um de cada uma delas. Relativamente aos Caulinos eu sei que não há, não foi avaliada nenhum tipo de perigosidade naquela situação, relativamente às vertentes, aos taludes da estrada de S. Lourenço, eu não lhe posso dizer com tanta certeza, que não havia nenhuma situação grave, não havia senão já tinha originado uma intervenção, mas claro que tenho todo o gosto em facultar-lhe esses trabalhos porque estão feitos, estão elaborados.

Quanto à questão do rio Neiva, do que sabemos deste caso em concreto não foi possível identificar o foco de poluição, mas fizemos obviamente a visita, através da Esposende Ambiente, dirigiram-se ao local e foi apresentada uma queixa à APA, levando o assunto à

entidade que verdadeiramente Tutela este tipo de assuntos e que terá que agir em conformidade.

Da senhora deputada Tânia Mota, eu não concordo que o município de Esposende não esteja num ciclo muito positivo em termos de fixação de empresas e de abertura de empresas, basta dizer que nós temos um índice de desemprego de 5,3 %, praticamente não se pode dizer que há desemprego, com todo o respeito por aquelas pessoas que estão a tentar encontrar emprego, mas isso é sempre uma questão residual e tem muito a ver com desfasamentos, entre a procura e a oferta, portanto são outras questões, mas nós temos conseguido apesar de tudo reforçar empresas para o nosso território. Eu recorde-lhe a Becri, um Grupo que ainda há dias comprou uma empresa aqui na nossa Zona Industrial, que está a investir, a melhorar e com todo o apoio e acompanhamento por parte do município. Estamos a falar de um investimento que na altura julgo que andava na ordem dos 3,5 milhões de euros, a antiga Forbody, portanto toda a gente conhece este caso foi falado também na imprensa. Amanhã mesmo e nem a propósito, temos uma inauguração durante a manhã, começa às 10 horas no Hotel Axis, em Ofir, de uma empresa que se fixou no nosso território, chama-se Wartsila que é de construções de motores para embarcações, é um dos maiores grupos mundiais nesta área, basta dizer que está aqui a senhora Embaixadora da Finlândia, amanhã nessa sessão, portanto vamos ao Hotel Ofir, vamos para cá para visitar a empresa, a mesma empresa que está a ser inaugurada já pediu um PIP para ampliação das instalações, estamos a falar de emprego qualificado e um dos maiores grupos mundiais nesta área, portanto é por isso que eu tenho dificuldade em aceitar que não há desenvolvimento económico, que não há investimento, aqui só em equipamentos estamos a falar de cerca de 1,5 milhões de euros, fora as instalações que neste caso são alugadas, a própria Wieland investiu 4,5 milhões de euros na ampliação das suas instalações. A Etfor por exemplo em Forjães está a investir cerca de 3,5 milhões de euros na ampliação das instalações e eu disse sempre aqui que tão importante é cativar novas empresas para o território, como apoiar aquelas que já cá estão, nas suas ampliações, até porque já conhecem o mercado, os trabalhadores, etc.

Mais um conjunto de outras pequenas empresas que de momento não estou preparado para dar essa resposta, mas posso responder posteriormente com números concretos, que estão permanentemente a abrir, temos uma zona industrial apesar de tudo, claro que ainda há muito potencial para ser desenvolvido nas zonas industriais quer na de Vila Chã que ainda nem deu propriamente o primeiro passo, mas em Curvos estamos neste momento nós, com um projeto para intervir naquela zona, num terreno que é nosso e portanto criar condições para a fixação de empresas, um pouco por todo o lado têm aparecido novos projetos, na zona industrial de Fão, portanto não é propriamente verdade que não haja desenvolvimento económico, claro que nós temos dificuldade em competir com Viana do Castelo, que tem zonas industriais estabilizadas, com preços de mercado mais baixos para fixar as empresas, tem um porto de mar. Nós temos que saber o lugar que ocupamos, mas eu acho que estamos bem, estamos a conseguir captar empresas tecnológicas, que no fundo trazem pessoas para cá, porque nós também não temos assim tantas pessoas para trabalhar aqui e é um grande problema para as empresas que quando querem mão-de-obra qualificada, têm que recorrer a outras pessoas e é bom que se fixem aqui, é bom que essas pessoas venham para cá trabalhar também, que por ventura podem comprar cá a sua habitação, gastar cá o seu dinheiro que é o que nos interessa para dinamização económica, mas é uma problemática que está em cima da mesa e que temos que aceitar, nós não temos tanta gente assim, aqui, para trabalhar ao nível do que é exigível

por essas mesmas empresas.

De resto, posso-lhe dizer que no âmbito do Centro de Negócios conseguimos desde já um pré-acordo com o LAPMEI para a instalação de um espaço empresa, uma espécie de Loja do Cidadão para as empresas, para tratar de toda aquela burocracia destinada à instalação e manutenção das empresas, a N-INVESTE – Associação Empresarial de Portugal, também veio há dias fazer uma apresentação à CIM Cávado e forneceu-nos já um código de acesso a uma plataforma para disponibilização de terrenos para fixação de empresas, de captação de investimento externo, o que é que lhe posso dizer mais, a propósito da Wieland, falou aqui da questão do requerimento ter demorado algum tempo, a verdade é que nós mantivemos sempre um acompanhamento permanente daquela intervenção, ela não foi feita logo no início, eles pensavam que a obra ia começar numa determinada altura mas não começou e a Dr.ª Mariana Rocha, com a qual sempre mantivemos uma relação muito próxima, disse-nos que o ideal era que fosse feita a partir de dezembro de 2018 e foi por isso que foi agora, já podia ter ido há muito tempo, não havia qualquer problema nessa situação.

Falou-me da obra na zona central das Marinhas também, é uma situação diferente, posso-lhe dizer que não foi fácil conseguimos o acordo com determinadas pessoas que eram proprietárias lá, com outras foi relativamente simples conseguir a cedência do terreno, por exemplo com a paróquia, com outros não foi e isso obedeceu obviamente a um contrato, posso-lhe dizer que todos os proprietários assinaram a documentação necessária para a cedência e houve um compromisso assumido com um conjunto de pessoas, que por questões éticas não vou referir nomes, mas saberá de quem estamos a falar, com uma contrapartida, um acordo correspondente aquilo que seria o valor da parcela cedida, só que, a verdade é que as pessoas, quando iam iniciar a obra, não permitiram a entrada em obra, é preciso que se conte a história toda, de resto não é verdade que a pessoa esteja à espera de ser recebida. Aliás, eu gostaria que percebessem uma coisa, eu tenho os meus dias muito ocupado, eu não posso receber todas as pessoas a todo o momento, se fosse só uma vez ainda era capaz de tentar, ou seja, se eu tenho vereadores com as áreas funcionais distribuídas é para que tratem dos assuntos que lhes correspondem., as pessoas nunca deixaram de ser recebidas na Câmara, portanto quando me perguntava quanto tempo demora para uma pessoa ser recebida depende. Pode até nunca ser recebida se o assunto não for passível de ser tratado por mim, se for um assunto para ser tratado por um técnico, ou por um vereador, porque é que irei eu quase retirar essa competência que eu deleguei, ou subdeleguei nessas pessoas para ser eu a exercer esse poder perante o cidadão. Eu acho que isso não está correto, eu tenho outras coisas com que me ocupar, eu recebo as pessoas, eu faço esse esforço, mas o que tem que compreender é que isto noutra município qualquer, esta questão não estava aqui em cima da mesa. Porque se for a Lisboa, se for a Braga, se for a Viana, municípios de outra dimensão não se coloca essa questão. Eu recebo as pessoas todas, mas se vejo que é um assunto que pode ser tratado pela senhora Vice-Presidente da área social, porque é que vou eu substituir-me à senhora vereadora, para receber uma pessoa. A não ser um assunto que já correu essa tramitação toda e não foi resolvido, aí sim, aí eu estarei disponível. Neste caso concreto, isto é um assunto que foi visto por mim várias vezes, discutido várias vezes este assunto em concreto, com o senhor Presidente da Junta que está aqui presente também, uma negociação difícil, fizemos tudo o que estava ao nosso alcance para conseguir duas coisas, por um lado executar a obra, porque eram fundos comunitários já no âmbito do PARU, era importante não perder esse financiamento, e o segundo, fazer com que as pessoas ficassem satisfeitas de forma justa e correta, para aquilo que são os recursos do erário público, não vamos dar mais nem menos do

que aquilo que era o justo, tão simples quanto isto, se as pessoas não se entendem e não conseguem perceber o alcance destas coisas, o município nunca será chantageado por nenhum cidadão, nem por nenhuma entidade, vai agir nos termos da Lei, aliás pra terminar este assunto, se as pessoas acham que foram prejudicadas têm um caminho muito simples, que é recorrer às instâncias judiciais e se nós tivermos agido de forma incorreta, cá estaremos para dar a mão à palmatória e para as indemnizar naquilo que for necessário. Mas posso-lhe garantir que não foi isso que foi feito, muito pelo contrário e os compromissos são aqueles que estão patentes no contrato que foi assinado, um deles era a reconstrução da fachada uma vez que houve a cedência tínhamos que reconstruir o muro, e o outro era uma intervenção numa casa que eles têm de âmbito social, que iria ser feita, o contrato é através da Esposende Solidário, por serem pessoas cujo agregado familiar foi estudado, foi emitida a correspondente avaliação do agregado familiar, da situação económico-financeira e foi atribuído um valor para reconstrução da habitação que eles não tinham, tão simples quanto isso e que era propriedade deles, portanto, não há aqui nenhum segredo é um contrato público, de carácter público e está assinado. Agora, que depois as pessoas achem que a gente lhes dá menos dinheiro do que aquilo que acham que deviam ter, isso é um problema das pessoas nós não podemos dar mais dinheiro do que aquele que podemos, passo a redundância, isso é que não é possível.

Falou na questão de investimento em unidades hoteleiras, isso é um dos grandes desideratos nossos é tentar arranjar investidores privados, mas a Câmara não vai obviamente construir nenhum hotel no concelho de Esposende, isso passa pelo interesse dos privados, por conseguirmos cativá-los e temos feito esse trabalho, o senhor Vereador tem feito esse trabalho, mas como deve imaginar isso obedece a outro tipo de estudos e portanto, apareçam os interessados e nós estaremos aqui para os acolher. Quanto aos antigos, lamentavelmente e há aqui uma unidade na nossa cidade e outra em Fão pelo menos, o Hotel Pinhal e o Hotel Nélia que gostaríamos muito de ver novamente a funcionar, a única coisa que nós podemos fazer é pelo contrário, ou seja, é no fundo fazermos as vistorias quanto ao estado de conservação dos imóveis e notificar as pessoas para fazerem as obras, pressionando diria eu de forma legal, para que as pessoas percebam que não podem ter um imóvel em degradação à vista de toda a gente em zonas centrais da cidade, com o prejuízo que isso acarreta e é isso que estamos a fazer. Aliás tem ido dezenas e dezenas de notificações desta natureza, dos prédios degradados que era outra das perguntas que me colocou, tem sido por aí. Portanto, temos uma equipa no terreno a fazer as avaliações e a notificar para fazerem as obras respetivas. De resto, temos os apoios do PARU e portanto criamos quatro Áreas de Reabilitação Urbana e portanto praticamente todos estes imóveis estão dentro destas áreas de reabilitação urbana e é uma pena que as pessoas não aproveitem, no fundo, esses incentivos para promoverem as obras nos seus imóveis.

Da senhora deputada Sandra Bernardino falou do edificio Pérola, dizer-lhe o seguinte, nós compramos o edificio, naquele estado em que está, tivemos uma dificuldade com o Tribunal de Contas, desde que nós anunciamos a aquisição, que passou por um contrato promessa compra e venda e pensávamos que íamos ter o visto do Tribunal de Contas relativamente rápido, mas estamos a falar de uma aquisição de seiscentos mil euros e portanto a partir de trezentos e cinquenta mil obriga a visto do Tribunal de Contas, na altura tivemos a recusa do visto, por via de uma área que não estava devidamente correta em relação aquilo que era domínio público e que não era domínio público e portanto havia lá um cantinho do terreno que teria

sido integrado já no âmbito da requalificação da frente da praia de Apúlia e depois ainda havia a dúvida se era daquela pessoa, porque ele foi integrado mas a pessoa nunca o cedeu, fazia parte do artigo inicial e portanto houve ali uma diferença de áreas e o Tribunal de Contas quis clarificar porque é que era menos aqueles metros e mais aqueles metros. Tivemos que voltar ao início do processo e a escritura foi feita há pouco tempo, ainda não tivemos tempo para abordar o assunto com a seriedade que ele merece, reparem, nós não temos meios próprios para chegar lá, vedar o espaço e retirar aquilo tudo, porque obriga sempre a um procedimento, senão depois acusam-me de não fazer procedimentos. Os serviços têm que organizar um caderno de encargos, com os trabalhos que são necessários executar e fazer uma abordagem às empresas dentro daquilo que é a tramitação normal, e é isso o que está neste momento a ser preparado em relação ao edifício Pérola. Primeiro vedar o espaço, limitar o acesso, assumir a nossa propriedade, é do domínio municipal privado e depois vamos olhar para aquilo do ponto de vista de um projeto, ou, de uma intenção, porque eu não coloco fora de hipótese se houver uma entidade qualquer que queira instalar-se ali, fazer uma unidade hoteleira, o município está disponível para uma concessão, por uns anos, enfim, um processo transparente, desde que seja para valorização do imóvel, para não estar aquela vergonha na frente da praia de Apúlia para mim serve, e desde que não leve o dinheiro dos municípios então ainda melhor, portanto nunca foi numa intenção de transformar, eu já ouvi falar noutras intenções, mas é preciso perceber que intervir naquele edifício neste momento não se faz com menos de um milhão e meio de euros, por aí, porque é um edifício que tem as suas características muito específicas, se juntarmos aquilo que foi o esforço financeiro para a aquisição, parece-me que seja um investimento um pouco desajustado, temos que ver com calma, pensar no assunto e depois cá estaremos para tomar decisões, mas nem sequer falamos ainda com a Junta de Freguesia, portanto, ainda temos aqui algumas coisas a acertar em relação a este edifício.

Quanto ao Centro de Negócios nós não estamos a pagar renda neste momento, portanto mantém-se a situação conforme estava até aqui, portanto até que seja feita a intervenção, o concurso em princípio será lançado segunda-feira, segundo informações de hoje, do Eng.º João Leite.

Quanto à Escola de Pinhote a obra está em andamento é um processo muito complicado, muito difícil, por via da empresa, porque a ação que nós podíamos ter tomado era a rescisão do contrato e arrumávamos assim com a questão, mas isso ia-nos levar para outro tipo de problema. Outro procedimento, outra empresa a vir, com tudo o que isso podia acarretar, tentamos na altura em que as coisas ficaram mais complicadas de facto para as pessoas, chamamos a empresa, aliás enviei uma carta para eles e para a Associação de Pais a clarificar a situação, a dizer-lhes que se parassem a obra outra vez que havia a rescisão do contrato, tão simples quanto isto. Eles têm andado a um ritmo que não é aquele que nos interessa é verdade, mas tem andado e a partir daí, segundo informações de que disponho, a obra não voltou a parar. Neste momento a pavimentação está dependente de uma coisa, aliás, eles fizeram inspeção às tubagens e dessa inspeção foi detetada uma ou outra coisa que não está bem, portanto eles têm que reparar e depois podem fazer a pavimentação, espero que isso aconteça em breve.

Quanto à questão da Loja Social, estamos a aguardar o orçamento, a questão é uma opção tão legítima como outra qualquer. Nós fazermos a permuta e fazermos as obras, obriga-nos a lançar um procedimento, com tudo o que isso implica de perda de tempo. Se a empresa fizer as obras dentro daquilo que nós lhe fornecemos como um caderno de encargos para executar, vai

dar exatamente ao mesmo, é valorizado, tem a ver mais com a questão de agilização do que outro interesse qualquer que possa estar aqui inerente, tão simples quanto isso. Ficarmos com o imóvel, lançar um procedimento e levar uma empreitada por diante, se o particular fizer as obras, nós valorizamos o imóvel com as obras que estão feitas e trocamos pelo nosso e fazemos uma permuta, tão simples quanto isso, como tem sido feito. Onde está hoje a loja social, foi feita exatamente nesse modelo, e era outra pessoa que cá estava como Presidente, foi feita exatamente da mesma forma.

A avaliação irá ser feita em função das obras executadas.

Quanto ao Pavilhão Desportivo de Vila Chã esse foi um dos grandes problemas que eu herdei, grande mesmo, numa situação que não é fácil. Estamos a falar da necessidade de cerca de setecentos mil euros para terminar aquela obra, e eu não o vou fazer agora, porque não temos dinheiro para isso, temos outras prioridades, que fique bem claro, não vou gastar setecentos mil euros da Câmara, no pavilhão de Vila Chã, porque tenho outras necessidades, noutras freguesias muito mais prementes, mas isso não invalida que, e estamos a trabalhar nisso, com a Esposende 2000, pensarmos eventualmente num projeto, mas é uma coisa que está ainda em fase embrionária, que pode ter a participação de outras pessoas, de outras entidades, da própria estrutura. A Esposende 2000 foi preparada para gerir património municipal, tem as piscinas de Forjães, de Esposende, o Auditório, etc, portanto pode vir por aí alguma possibilidade, isto porque também não há fundos comunitários para investimento na área do desporto, porque se houvesse a coisa estava super simplificada porque aí estaríamos a pagar 15% de setecentos mil euros e eu já estaria a dizer uma coisa completamente diferente.

O tal canal como lhe chamou parece que afinal sempre vai ser uma realidade, a diferença é que nós temos coragem para assumir processos difíceis e isso às vezes faz um pouco de confusão, é que, processos de cinco milhões de euros, obras de cinco milhões de euros, não há muitas na memória dos Esposendenses nos últimos anos, ou nas últimas décadas e de repente, nós tivemos a coragem de nos metermos a fazer um canal com 4,5 quilómetros de extensão, com mais de 200 parcelas a serem negociadas, ou expropriadas e conseguimos entretanto a declaração de utilidade pública, e chegou a semana passada o visto do Tribunal de Contas que era a última coisa que faltava, sendo certo que, todo o procedimento tendente à consignação da obra já está concluído, portanto, sabem que houve um concurso público, foi a DST que ganhou esse concurso e estávamos apenas a aguardar estes dois documentos, DUP e visto do Tribunal de Contas, portanto foi uma das boas notícias que tivemos a semana passada, mas dentro em breve teremos essa obra no terreno. E demorou tempo, porque as coisas demoram tempo, não se conseguem de um dia para o outro.

Quanto ao PARU os contributos que foram apresentados, foram entregues aos técnicos e mesmo assim, os projetos ainda são suscetíveis de serem readaptados. Posso-lhe dizer que um deles já foi aprovado, a candidatura do edifício da GNR para transformação para arquivo municipal, já foi aprovado pela comissão de coordenação, foi-me comunicado informalmente a semana passada também. Quantos processos do PARU, não sei tenho que perguntar aos serviços quantas pessoas é que já se socorreram do município para isso. Sei que têm sido feitas algumas vistorias, porque é necessária uma vistoria prévia para avaliação do estado do próprio edifício, porque tem que subir dois níveis em termos de eficiência energética, mas não lhe posso responder com números neste momento.

Quanto à questão dos ciclos autárquicos, o trabalho é contínuo e se acha que não é, eu não sei se vocês andam pelo concelho ou não, mas se andarem devem constatar que há obras praticamente em todas as freguesias, eu até diria mais, vocês vão-se habituando às

inaugurações porque nós só começamos agora. Começamos com Fão e fizemos agora a Rua das Oliveiras, mas vamos ter a Av. de S. Martinho para inaugurar em Gandra, temos a ecovia de Fão-Ápúlia para inaugurar um dia destes que está praticamente concluída, temos a capela mortuária e o Salão Paroquial de Rio Tinto, temos em Fonte Boa as garagens e o armazém da Junta, temos em S. Bartolomeu do Mar a Rua das Fontes, temos todos estes troços de ecovias que estão aqui construídos e não me venham dizer que é da Polis, porque tem lá dois milhões e setecentos mil euros daqui da Câmara Municipal, portanto são obras da Polis, mas tem lá também o nosso dinheiro e são muitas, portanto já nem vou repetir, vocês sabem o que é que está aí e posso-lhes dizer que mesmo em Antas está lá uma peça extraordinária, uma ponte lindíssima a unir Antas a Castelo do Neiva, portanto todos esses troços da ecovia do litoral, temos obras na escola do Facho neste momento, para requalificação daquele edifício escolar, temos obras na escola de Areia, para o Museu do Sargaço, temos obras na zona da igreja de Apúlia. Bem, eu não quero estar a maçar as pessoas, mas de certeza que vocês não devem sair muito de casa para ir ver as obras que estão a ser executadas neste momento. Há obras e muitas e vai continuar a haver, para benefício da população de Esposende, independentemente daquilo que vocês possam dizer.

Quanto às questões colocadas pelo deputado Tito Evangelista, que no fundo vão no sentido daquilo que tinha sido a intervenção anterior, eu acho que o Dr. Tito deve ser a única pessoa que acha que Esposende não se desenvolveu nos últimos anos. Se eu fizer um inquérito em Esposende, eu aposto que, 99,9 % das pessoas admitem que Esposende está completamente diferente e para melhor, basta ver as pessoas que acorrem ao nosso território, que escolhem a nossa terra para viver, naturalmente que não estará tudo feito, mas há muitas coisas que não estavam prevista, aliás, mal de nós se o PDM fosse o único instrumento para o desenvolvimento do concelho. É provisional, tem muito mais a ver com questões de controlo sobre o edificado do que propriamente como um documento estratégico e Esposende tem tido um desenvolvimento muito acentuado em várias áreas que não são passíveis de serem no fundo, incluídas no PDM e portanto dizer que Esposende não se desenvolveu e que ainda não foi feita a variante tal e a variante tal, mas foram feitas muitas outras coisas, muitos equipamentos e a população de Esposende hoje pode-se orgulhar e orgulha-se, comparativamente a outros municípios daquilo que tem à sua disposição.

Quanto à questão do Forte S. João Batista ele veio parar à nossa mão e não foi há tanto tempo quanto isso, mas posso-lhe dizer que a capitania também não libertou o edifício logo e imediato, ainda estes dias havia lá documentação e património que será deles, para retirar. De resto, está prevista uma intervenção para lá que também não pode ser feita de qualquer maneira, pelo menos para a vedação daquele espaço.

Quanto à Estação Radionaval posso-lhe dizer que foi lançado um procedimento e foi concluída a limpeza e aquele espaço está completamente diferente.

Dizer e apenas para terminar o seguinte, como é evidente o desenvolvimento do município está diretamente relacionado com a disponibilidade de fundos comunitários, todos os municípios que se tentam desenvolver apenas com receitas próprias, não conseguem libertar fundos para investimento digno, para conseguir acompanhar o desenvolvimento dos outros municípios. A questão é mesmo essa, se houvesse dinheiro de fundos comunitários neste momento, para fazer a variante de Fão, para fazer a variante norte de Apúlia, para fazer a variante à cidade de Esposende e para as zonas industriais, naturalmente que nós estaríamos na linha da frente para que elas fossem executadas. Isto é um problema também partilhado pelo Governo, do

partido que os senhores representam, ainda agora na reprogramação que era uma oportunidade única, porque diziam que o Governo PSD tinha negociado muito mal todo este dinheiro tinha sido direcionado para outras áreas, mas na reprogramação, que acabou por ser um grande fiasco porque estava toda a gente à espera, eu tive uma reunião na Comissão de Coordenação fez sexta-feira oito dias e sai de lá muito desiludido com aquilo que foi conseguido, porque acabamos mais uma vez por sair extremamente prejudicados, aliás o Eng.º Luís Macedo, se o convocarem para cá vir eu teria muito gosto que ele explicasse esse aspeto em concreto, quanto à forma como é distribuído o dinheiro, como é levado para Lisboa, para o Porto, que é uma vergonha nacional, porque são áreas que não deviam estar a receber fundos comunitários, e acabam por receber no âmbito de projetos que são entendidos como de âmbito nacional, nomeadamente para a área dos transportes, são centenas de milhões de euros que são lá enterrados e nós queremos um milhão ou dois milhões de euros para fazer obras importantes para nós e não temos e isso é uma responsabilidade também deste Governo e deixe-me que o diga aqui, que não conseguiu de facto, trazer o investimento e verbas para aquilo que eram as áreas prioritárias, nomeadamente esta das vias de comunicação que aqui referiu.

Senhor Presidente tenho dito!"-----

Terminada a intervenção do Senhor Presidente para responder às questões sobre a informação escrita, o senhor Presidente da Assembleia Municipal entrou no Período da Ordem do Dia, informando nos termos regimentais o público presente que se podia inscrever para intervenção no Período de Intervenção do Público, no final da presente sessão.

02 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

02.01 – DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES EM 31/12/2018 – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DA AL. A) DO Nº 1 DO ARTIGO 15º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 17 de janeiro de 2019, foi presente na sessão, para conhecimento, declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2018; nos termos da al. a) do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. _____

02.02 – DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO EM 31/12/2018 – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DA AL. B) DO Nº 1 DO ARTIGO 15º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 17 de janeiro de 2019, foi presente na sessão, para conhecimento, declaração de pagamentos e recebimentos em atraso existentes em 31/12/2018, nos termos da al. b) do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. Fica arquivada cópia da mesma junto à

minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito.-

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

02.03 – RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2018 DA CPCJ – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO Nº 2 DO ARTº 32º DA LEI Nº 147/99, DE 01 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 142/2015, DE 08 DE SETEMBRO.-----

Foi presente na sessão, Relatório Anual de Atividades de 2018 da CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Esposende datado de 15 de fevereiro de 2019, para conhecimento. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante.-----

Pediu para intervir o Sr. Deputado Municipal, Manuel Carvoeiro, do PCP, tendo referido: *“Primeiro dizer que se trata na minha opinião de um bom relatório, depois dizer que há duas omissões que podem parecer insignificantes, mas julgo que não será isso e a primeira é a questão dos registos de assiduidade dos membros da Comissão alargada. É referido esse aspeto quanto à Comissão restrita, mas no que concerne à Comissão alargada onde tenha sempre cidadãos indicados por esta Assembleia Municipal, não só por isso, mas também por isso, creio que era importante que o relatório contemplasse esses dados para o futuro. Depois, a caracterização das crianças e jovens em situação de perigo, ou de risco até, há aqui um aspeto que não está presente e eu já vi relatórios de outros municípios e creio que deveria constar e é um debate que se trava em torno de tudo isto, ou seja a pertença destes miúdos são só das classes desfavorecidas, ou é que por vezes dá ideia que as crianças e jovens em risco são os miúdos oriundos dessas franjas da sociedade, mas não é assim, nós temos relatórios que nos dizem que há situações em que miúdos oriundos de classes médias altas, têm grandes problemas no plano do perigo e do risco, portanto eu creio que era importante que esse aspeto ficasse aqui.”*-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

02.04 – PEDIDOS DE ISENÇÃO E DE RATIFICAÇÃO DE TAXAS - PARA CONHECIMENTO, DE ACORDO COM O PONTO 2.3 DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS APROVADAS NA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.-----

De harmonia com o ofício nº 05/SAOA/2019, de 18 de fevereiro de 2019, do Presidente da Câmara Municipal, foram presentes na sessão para conhecimento, os pedidos de isenção de taxas e de ratificação de pedidos de isenção de taxas, concedidos pela Câmara Municipal, nos termos do ponto 2.3 das medidas provisórias aprovadas na sessão de 30 de novembro de 2015 da Assembleia Municipal. Ficam arquivados os originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

02.05 – CONTRATOS DE INVESTIMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO - PARA CONHECIMENTO, DE ACORDO COM O ARTIGO 11º DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO.-----

De harmonia com o ofício nº 06/SAOA/2019, de 18 de fevereiro de 2019, do Presidente da Câmara Municipal, foram presentes na sessão para conhecimento, contratos de investimento ao abrigo do regulamento de concessão de incentivos ao investimento, de acordo com o artigo 11º do regulamento de concessão de incentivos ao investimento. Ficam arquivados os originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.06 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL À ISENÇÃO TOTAL DO PAGAMENTO DE IMI SOBRE O PRÉDIO DESCRITO NA CRP SOB O Nº 109/19971127, INSCRITO NA MATRIZ PREDIAL URBANA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PALMEIRA DE FARO E CURVOS SOB O ARTIGO U-1325, POR PARTE DA EMPRESA WIELAND THERMAL SOLUTIONS, LDA, NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE INVESTIMENTO, AO ABRIGO DO CÓDIGO FISCAL DO INVESTIMENTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 06 de dezembro de 2018, foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal para emissão de parecer favorável à isenção total do pagamento de IMI por parte da empresa Wieland Thermal Solutions, Lda, no período de vigência do contrato de investimento, ao abrigo do Código Fiscal do Investimento. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto, tendo solicitado que na deliberação referente a este assunto constasse a descrição do registo predial e a inscrição na matriz do prédio em questão.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal foi colocada à votação a retificação a incluir na deliberação do presente assunto, tendo os membros da Assembleia Municipal aprovado a mesma por unanimidade.

De seguida o Sr. deputado Manuel Carvoeiro interveio nos seguintes termos:

“Sobre esta matéria, a Dr.ª Tânia Moia, no período de Antes da Ordem do Dia colocou algumas questões e creio que era importante Sr. Presidente da Câmara, explicar porquê este atraso, não é aliás aduzida nenhuma justificação nesta informação do jurista responsável, disse que, “pese embora o pedido tenha sido formulado em 2016, o facto é que por diversas razões procedimentais”, mas não diz quais. Ora, o problema que foi enfatizado é que, já lá vão três anos, eu creio que era importante, a Assembleia Municipal saber o que é que se passou aqui, neste procedimento, e depois, concordando também com a declaração de voto do Professor Rui Pereira, é evidente que era importante sabermos se trata aqui da isenção de

uma receita do município e qual o montante que está aqui em causa; parece que da análise e uma vez que nos é pedida uma posição traduzida num voto, este dossiê está falho de documentação, é insipiente, acho que deveria existir aqui mais documentação, para podermos com absoluto rigor, enquanto membros desta Assembleia, e no exercício das competências de fiscalização, saber o que estamos a votar. Portanto, isto cria aqui tantas dificuldades, é evidente que todos nós defendemos aqui uma coisa que é o investimento no concelho, apeteciame, ao PCP, enfim, encaminhar por uma abstenção, é que a informação que nos é trazida aqui para tomarmos uma posição clara, esclarecida, cabal, acho que temos que corrigir estes procedimentos. O Sr. Presidente certamente concordará comigo, os senhores vereadores, os colegas desta Assembleia, isto não pode ser assim, era isto. Obrigado.”

Intervenção de seguida a senhora deputada Tânia Mota, nos seguintes termos:

“Querida só acrescentar aqui uma, ou outra questão que é, aqui nos documentos onde consta o requerimento apresentado pela empresa, o requerimento em si está todo anotado, com um conjunto de informações e a minha pergunta aqui é se, sendo o município uma entidade administrativa se respondeu a este requerimento em algum momento, atendendo até a estas informações que foram sendo colocadas neste documento. Se, eventualmente a administração deu resposta ao administrado, em devido tempo, porque é que esses documentos também não aparecem aqui, de facto há tanto tempo, parece-nos que é fundamental para esclarecer o que aqui aconteceu. Até porque, diga-se o seguinte Sr. Presidente, eu vou votar isto favoravelmente, agora, não posso é, e daí a minha intervenção, não obstante aquilo que o Sr. Presidente teve já oportunidade de esclarecer, tenho de estranhar naturalmente, quando leio uma determinada informação que se diga, “pese embora o pedido tenha sido formulado em 2016, facto é que por várias razões procedimentais”, é que cumpre esclarecer o que é que aconteceu aqui, é que estamos a falar de quase três anos, e isto aconteceu neste caso, espero que não aconteça noutros, sendo muito honesta. Mas gostava de perceber o que aqui aconteceu, porque de facto, não é transparente e não consigo perceber e no fundo, aqueles contactos que diz que manteve com a Dr.ª que agora não me recordo o nome, se, é que a administração tem o dever de responder por escrito como sabe e a minha pergunta é, que contacto é que houve, para além destes contactos estreitos que também é de louvar. Muito obrigada!”

O Sr. Presidente da Câmara respondeu nos seguintes termos:

“Muito bem. A questão que se coloca é a seguinte, o IMI só é cobrado após o término da obra, certo? Portanto, só depois de concluída a obra e apresentada às finanças é que se começa a cobrar, portanto começa logo por aí, portanto isto seria um requerimento completamente inócuo, desse ponto de vista a concessão deste apoio, desta isenção se quiser, só faz sentido depois do término da obra que é quando a empresa tem a obrigação de declarar o prédio nas Finanças com a nova área, porque se tratava de uma ampliação, e por isso é que a Dr.ª Mariana Rocha entendeu que estava a destempo, portanto o requerimento é feito num tempo em que nem sequer existia obra no terreno, nem projeto aprovado e portanto, o que foi combinado, foi aguardar pela conclusão da obra e em tempo próprio avançar com esta medida que estamos aqui hoje a avançar. Eu penso que isto é entendível, ninguém vai pagar imposto sobre um imóvel quando ele ainda não está construído.

Inicialmente nós pensamos enquadrar isto noutro âmbito, do próprio regulamento de incentivo ao investimento e depois não foi a essa conclusão que se chegou, que era dentro deste

enquadramento legal que está aqui agora patente, e é exatamente isto. Portanto, o que foi combinado foi que, logo que terminasse a obra o requerimento viria à Assembleia e seria dado o documento que leva o Estado a isentar ou não, em relação a esta matéria. Não tenho muito mais a explicar sobre isso, ou seja, este eventual atraso relacionado com a data de entrada do requerimento e o que está a acontecer agora, não resultou em nenhum prejuízo para a empresa se é isso que pretendem clarificar.”-----

Voltou a intervir o Sr. deputado Manuel Carvoeiro nos seguintes termos:

“Sr. Presidente penso que falamos de uma empresa sucedânea da Wolverine, nós sabemos o histórico desta empresa Sr. Presidente e eu tenho acompanhado muitas pessoas deste concelho com problemas de saúde graves, gravíssimos, aliás, eu não queria ir por aí, mas há situações ainda em sede de investigação relativamente a problemas complicados. O histórico desta empresa não é muito bom no nosso concelho.

Este investimento é a continuidade daquele, vamos continuar a ter impactos negativos a nível ambiental, estamos a falar de seis postos de trabalho. Uma vez que a obra está concluída, há informação às Finanças sobre esta unidade, haverá certamente informação sobre o valor em causa do IMI, nós temos que ponderar tudo isto, o que o município vai perder durante 10 anos.

Eu sei que não é a Câmara que vai decidir isto, mas nós estamos aqui a dar um aval, porque esta informação do município é importante também para que o Poder Central possa estribar uma posição sobre isto. Agora, a questão é esta, que valor está aqui em causa, que IMI, e esta empresa, que empresa é esta, na verdade eu gostaria de ter aqui Sr. Presidente uma informação detalhada, o que é que vai ser feito ali, que impactos ambientais, estamos a falar de uma empresa que é conhecida nessa vertente, aliás, já nesta Assembleia eu abordei o problema da Wolverine, várias vezes. De reto, os departamentos de saúde, higiene e bem-estar da CGTP, da UGT, de confederações internacionais dos sindicatos têm abordado o problema da Wolverine, aliás as unidades locais de saúde, distritais, por aí fora, no Instituto Ricardo Jorge anda um dossier imenso em relação á Wolverine. É importante sabermos isto, que tipo de investimento é este. Obrigado Sr. Presidente.”-----

O Sr. Presidente da Câmara respondeu nos seguintes termos:

“Sr. Deputado o que eu tenho para lhe dizer é que, eu também tenho conhecimento informal dessas situações que não foram debatidas quando eu fazia parte desta Assembleia, ou da Câmara, mas também me parece que conclusões efetivas relativamente a esses problemas não existe, se existissem não estaria a laborar com toda a certeza, e portanto, permita-me, não deixam de ser especulações. Portanto, eu também não posso neste momento, repare, quando não é um benefício direto atribuído pelo Município, estamos a falar do Estado apoiar investimentos a partir de 3 milhões de euros, se não estou em erro, em prejuízo dos municípios e que no fundo ultrapassa a competência dos municípios que são eles no fundo os beneficiários do IMI e isenta as empresas, independentemente de nós dizermos sim, ou não, muito sinceramente vai dar praticamente ao mesmo, porque eu não acredito que eles nos venham indemnizar em função da perda da receita.

Nós temos uma política de apoio às empresas, a empresa está aí e emprega muita gente do concelho de Esposende, negarmos este tipo de apoios ou não permitirmos a ampliação da empresa, certamente estariam aqui na Assembleia a condenar-me hoje por não apoiar as empresas e por permitir que encerrasse mais uma empresa de enorme faturação, portanto, eu

sei que está nas seis maiores empresas a laborar neste município, é uma das seis maiores em termos de faturação e portanto, o nosso posicionamento também está muito condicionado por tudo isso, as empresas estão aí, dão emprego às pessoas, não há provas concretas de nada daquilo que afirmou, pese embora as informações que existem e isso foi muito estudado, mas eu não posso atuar em conformidade com especulações que não são concretizáveis do ponto de vista científico, sob pena até de poder ser acusado de difamação da própria empresa, enfim. Portanto, eu não posso entrar por esse caminho, tenho é que lutar pelo apoio às empresas. E a Assembleia tem esse poder também eventualmente de provocar uma nova avaliação da unidade em função da ampliação que ela fez. Hoje a empresa é de outro grupo, é um grupo Alemão, não sei exatamente o que é que mudou dentro da empresa, mas nós não temos essa competência também, mas podemos exercer esse poder, junto das entidade que fiscalizam este tipo de unidades, mas nem quero querer que uma unidade dessa dimensão, de um grupo mundial, não estejam salvaguardadas as questões laborais e de saúde dos trabalhadores. Portanto, do ponto de vista concreto desta situação, eu posso-lhe dar uma nota, não vamos dizer que estamos a dar um apoio sem saber sequer do valor que estamos a falar. Nós depois da pergunta que foi feita em sede de Câmara, pedimos para fazer uma simulação e embora não seja muito fidedigna e não queria que fixassem isso como um valor certo, para já, anda na ordem dos cinco mil euros anuais, a isenção do IMI em função da dimensão da unidade, ou seja se estivermos a falar de dez anos rondará cinquenta mil euros, ao fim de dez anos, com as atualizações do valor patrimonial tributário, porque isso depois muda de ano para ano e portanto estamos a falar de qualquer coisa dessa natureza. O que, relacionado com aquilo que são os apoios às empresas que nós pretendíamos dar para que elas se mantivessem cá, enfim, é um prejuízo que esperemos que seja apenas um investimento na permanência das empresas."

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 26 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO JPNT, DO CDS-PP E DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E 4 ABSTENÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DO MEMBRO DO PCP, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL À ISENÇÃO TOTAL DO PAGAMENTO DE IMI POR PARTE DA EMPRESA WIELAND THERMAL SOLUTIONS, LDA, NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE INVESTIMENTO (10 ANOS), AO ABRIGO DO CÓDIGO FISCAL DO INVESTIMENTO, DO PRÉDIO DESCRITO NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL SOB O Nº 109/19971127 DE PALMEIRA DE FARO E INSCRITO NA MATRIZ PREDIAL URBANA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PALMEIRA DE FARO E CURVOS SOB O ARTIGO U-1325, COM A ÁREA DE 11.840,00 M2.

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: "*Abstemo-nos porque entendemos que a proposta não está cabalmente fundamentada nomeadamente quanto ao valor que está em causa, e principalmente atendendo ao histórico que esta empresa tem de alegadas agressões ambientais que foram conhecidas na altura da instalação, que foram públicas e que nós não podemos esquecer, e aqui nesta proposta apenas é dito que é para a expansão da transformação de tubos metálicos em aço inox e outros materiais, sendo que na*

altura à serem verdade as notícias que surgiram, trata-se de uma empresa que potencialmente poderá ser altamente prejudicial à saúde das pessoas residentes na envolvente. Há quem diga que é apenas na envolvente próxima, e há quem diga que até 30 quilómetros há possibilidade de contaminação do ambiente. Portanto, sem um total esclarecimento quanto a isso, embora sejamos à favor da captação de investimento, embora sejamos a favor do favorecimento das empresas para criar emprego e riqueza em Esposende, esta empresa em concreto, é uma empresa que precisa de ser mais descortinada e melhor esclarecido o que se lá passa.”-----

Pelo Grupo Político do JPNT foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Votamos a favor mas vamos reiterar a declaração de voto do senhor vereador Rui Manuel Martins Pereira, sendo certo que, temos plena confiança de que a Câmara, quanto à questão da saúde e da salubridade pública, que tomou as devidas precauções ambientais aquando desta decisão.”-----*

Pelo membro do PCP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Que seja considerada na minha declaração de voto a intervenção que fiz antes sobre esta matéria, e dizer, ainda que, enquanto deputado municipal e com as responsabilidades inerentes a este cargo, manifestar uma atenção e uma vigilância permanente relativamente a esta situação, e concretamente a este investimento, ver como é que vai funcionar.”-----*

02.07 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE RUÍDO, NOS TERMOS DA ALÍNEA G) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 17 de janeiro de 2019, foi presente na sessão para deliberação, o Regulamento Municipal de Ruído, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto, tendo-se disponibilizado para prestar os esclarecimentos necessários.

Interveio o Sr. deputado Manuel Carvoeiro nos seguintes termos:

“Eu sobre este documento só queria dizer duas coisas e muito rápido, primeiro dizer que vale a pena intervir, por vezes lutar, porque está aqui um exemplo de que vale a pena. Esta questão foi trazida várias vezes aqui à Assembleia, foi colocada aqui nesta Assembleia, finalmente temos um Regulamento sobre o ruído no nosso concelho. Depois, há aqui outro aspeto que é, no próximo verão, tendo em conta o período transitório, parece-me que estes prazos são bastante longos mas, quero com isto dizer que me parece que no próximo verão vamos continuar a ter ruído em força, se calhar ali na foz do Cávado e no Bib'Ofir, a não ser que este último feche, como se diz que vai fechar, mas é só estes prazos, o Senhor Presidente poder-me-á responder ou então dizer tudo bem mas o senhor deputado no debate público não foi lá dizer isso. É claro que não disse, agora penso que não podemos alterar isto, já estive em debate público, creio que 180 dias para aquisição dos limitadores acústicos e depois um ano para obras de intervenção em termos de isolamentos é isso não é? Parece-me muito mas

pronto, temos um Regulamento que era importante, este concelho precisava de um Regulamento, não era um Regulamento qualquer, claro que eu disse também que isto carece sempre, como todos os Regulamentos de aperfeiçoamentos, de ir acompanhando, por aí fora, mas era um documento importantíssimo para que possamos ter mais alguma qualidade de vida nesta vertente do ruído, e valeu a pena. Obrigado.”-----

O Sr. Presidente da Câmara respondeu nos seguintes termos:

“Surgiu-me um ditado popular: “presunção e água benta, cada um toma a que quer”. Senhor deputado, acha mesmo que foi apenas por sua intervenção que isso aconteceu, toda a Assembleia se pronunciou na altura, aliás isto era um problema que surgia no dia-a-dia da Câmara Municipal, problemas de vizinhança, etc e naturalmente que desempenha muito bem a sua função de deputado municipal, mas todos nós concordamos que era necessário e demos os nossos contributos, portanto aquilo que eu posso dizer e disse também aí uma parte que eu queria frisar e concordo com ela, é um Regulamento portanto vamos tentar aplicá-lo, ver quais são as dificuldades de aplicação, o que interessa é que se consiga esse equilíbrio, que eu sempre disse isso, o equilíbrio entre aquilo que são os interesses legítimos dos privados de uma terra que se quer afirmar como um destino turístico, com aqueles dos cidadãos que cá querem residir e querem ter o seu descanso. Portanto, é difícil conciliar isto, mas, se este Regulamento contribuir para essa paz, diria eu, estaremos bem, estaremos no caminho correto.”-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE RUÍDO, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA.-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: “O Grupo político do PSD congratula-se pelo facto do Município de Esposende passar a ter, a partir de agora, um Regulamento Municipal de Ruído. O PSD, em várias reuniões da Comissão Permanente, onde este assunto foi tratado, deu o seu contributo para a elaboração do mesmo, colaborando, dessa forma, com o Executivo Municipal para chegar a um texto final que, no nosso entendimento, está muito bem conseguido.”-----

02.08 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM-ESTAR ANIMAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA G) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 17 de janeiro de 2019, foi presente na sessão para deliberação, o Regulamento Municipal de Bem-Estar e Saúde Animal, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto, tendo-se disponibilizado para prestar os esclarecimentos necessários.

Interveio o Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão, nos seguintes termos:

“Saudar a vinda deste Regulamento e dizer que o município vai ter muito trabalho para o fazer cumprir. O município sabe, tem consciência de que há muita gente que vive alimentada destes Regulamentos para fazer queixas e depois temos que dar seguimento as queixas, o que não é fácil, é que depois as queixas, nem sempre caem no município, caem nas entidades superiores e essas muitas vezes não conhecem o terreno e depois nós somos castigados. Mas à parte disso, eu queria chamar a atenção para os artigos 32º porque pode ter havido aqui uma pequena gafe, a determinado momento fala-se em cães vadios ou errantes e eu vejo aqui muitas vezes o Regulamento direcionado para os cães, mas não podemos esquecer os gatos, e depois quando se chega ao pormenor no nº 2 de se falar que serão capturados os animais com raiva ou suspeitos de raiva, eu tomei consciência há pouco tempo que, os gatos vadios têm também uma doença que é a leucemia. Portanto, se nós formos particularizar aqui a raiva, eu acho que não devíamos ter particularizado doença nenhuma, podíamos ter falado de doença no geral. Outro ponto tem a ver com a sequência deste nº 2, a própria ligação ao artigo 34º. Se no 32º se fala na captura de animais errantes, depois se particulariza os cães, mas depois no 34º já diz que, a fotografia do cão ou do gato recolhido, portanto há aqui pormenores que na realidade estão em falta. Portanto, tem que se falar de cães e gatos, não há dúvida nenhuma, mas depois há aqui outra questão, e é aqui que podem saltar as queixas, na secção 6 do artigo 43º fala-se e muito bem na promoção e sustentação de colónias de animais e aqui as colónias são mais dirigidas aos gatos do que aos cães e portanto, estamos numa fase de as identificar, com os presidentes de junta e tal, perfeito mas, depois no artigo 44º onde se fala de contraordenações e tal, na alínea g) diz “é proibido alimentar quaisquer animais na via pública, ou em lugares públicos”, portanto há que diferenciar isto, porque isto vai cair naquelas queixas que nós temos recebido com frequência e sabe quais são e esse tipo de pessoas depois não nos vão largar, se por um lado temos colónias, que estão num espaço público, portanto há que ter consciência que podem saltar preocupações para o nosso lado.”--

O Presidente da Mesa da Assembleia sugeriu que se por ventura existisse mais alguma gralha fizessem chegar à Mesa, por forma a que esta fizesse chegar à Câmara Municipal para se corrigir, e portanto aprovariam com eventuais correções devolvendo depois o Regulamento aprovado na totalidade, corrigindo o artigo 32º onde diz *poderá*, por *poderão* e cães por *animais errantes*.

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE BEM-ESTAR E SAÚDE ANIMAL, NÓS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA.-----

02.09 – DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS NO ÂMBITO DA LEI Nº 50/2018.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado

dia 22 de fevereiro de 2019, foi presente na sessão proposta no sentido de, sem prejuízo de assumir o compromisso de até junho de 2019 reavaliar a sua posição, para que no ano de 2020 se possa tomar uma decisão diferente, neste momento e para o ano de 2019, comunicar à Direção-Geral das Autarquias Locais que o Município de Esposende, não pretende assumir nenhuma das competências transferidas pelos seguintes diplomas sectoriais:

Decreto-Lei nº 20/2019, de 30 de janeiro, o qual "(...) concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio de proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos, ao abrigo dos artigos 24.º e 25.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto", bem como procede à alteração de diversos diplomas.

Decreto-Lei nº 22/2019, de 30 de janeiro, o qual "(...) concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da cultura, ao abrigo do artigo 15.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto." Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante.

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto, tendo-se disponibilizado para prestar os esclarecimentos necessários.

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 27 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO JPNT, DO PCP, DO CDS-PP E DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E 3 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLITICO DO PS, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE, NESTE MOMENTO E PARA O ANO DE 2019, COMUNICAR À DIREÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LÓCAIS QUE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE NÃO PRETENDE ASSUMIR NENHUMA DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS PELOS SEGUINTE DIPLOMAS SECTORIAIS:

DECRETO-LEI Nº 20/2019, DE 30 DE JANEIRO, O QUAL "(...) CONCRETIZA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DE PROTEÇÃO E SAÚDE ANIMAL E DE SEGURANÇA DOS ALIMENTOS, AO ABRIGO DOS ARTIGOS 24.º E 25.º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO".

DECRETO-LEI Nº 22/2019, DE 30 DE JANEIRO, O QUAL "(...) CONCRETIZA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA CULTURA, AO ABRIGO DO ARTIGO 15.º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO".

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: "*Votamos contra a proposta da Câmara, nos termos da declaração de voto que já proferimos em de 25 de janeiro de 2019, porque "mutatis mutandis", os fundamentos são os mesmos.*"

02.10 – PLANEAMENTO ESTRATÉGICO DA EAMB – ESPOSENDE AMBIENTE, E.M. – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO.–

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 31 de janeiro de 2019, foi presente na sessão, para conhecimento, o Planeamento Estratégico da EAmb - Esposende Ambiente, EM nos termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012,

de 31 de agosto. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.11 – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 3º TRIMESTRE 2018 - DA ESPOSENDE 2000 - ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, E.M. – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 14 de fevereiro de 2019, foi presente na sessão, para conhecimento, o Relatório de Execução Orçamental – 3º Trimestre de 2018 da Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, EM nos termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

03 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se verificado as seguintes inscrições:

Sr. Tito Gaifém que em síntese disse:

“Boa noite

Eu venho aqui suportado em dois documentos da Câmara Municipal e venho falar em investimento nas freguesias, mas em primeiro lugar queria cumprimentá-lo na pessoa do Presidente da Assembleia, da Mesa, o Sr. Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados e o público em geral. E portanto, o meu ponto centra-se exatamente na informação que a Câmara dá aos munícipes que é uma informação e ao mesmo tempo um esclarecimento. Eu tenho aqui o Boletim informativo de fevereiro deste ano, portanto o último que saiu, e numa inauguração nas Pedreiras, na rua Serpa Pinto, onde eu estive presente há cerca de 15 dias, o Sr. Presidente da Câmara falou deste investimento, que é bem vindo naturalmente, é um investimento em saneamento e na sua declaração pediu desculpa às pessoas pelas obras e pelo incómodo, o que eu achei muito bem. Mas estavam lá muitas pessoas nessa rua, um deles era eu, e eu acho que também merecia um pedido de desculpa por duas razões, primeiro porque o saneamento da rua Serpa Pinto foi uma promessa da Câmara e só foi executada uma parte desse saneamento e espero que num futuro próximo se faça esse investimento.

Outra coisa que tem a ver com este boletim informativo que o Sr. Presidente é o diretor, portanto o responsável por este boletim informativo e desta notícia das obras fala aqui que estão preparados uns estudos novos para projetos, um dos quais a construção de uma ponte

pedonal e ciclável, sobre o rio Cávado, eu queria saber se esta ponte é exatamente para ser feita, porque eu ouvi lá dizer o Sr. Presidente da Câmara, que não tinha prometido esta obra, eu penso não ter percebido, mas estamos a falar desta ponte ciclável e pedonal que há um ano atrás, no mesmo boletim, dizia exatamente isto: "O município de Esposende vai construir uma ponte pedonal e ciclável para ligar o futuro Parque da Cidade a Fão, e os estudos técnicos para a construção desta nova travessia sobre o rio Cávado encontra-se em fase adiantada, conforme anunciou o Sr. Presidente a Câmara, Benjamim Pereira, que prevê para breve o arranque da obra que envolve a construção do Parque da Cidade. Será uma estrutura metálica com pouco suporte e sem impacto ambiental. Terá três metros de largura e servirá para a passagem exclusiva de pessoas a pé ou em bicicleta." Inclusive tem aqui uma verba que a obra custará cerca de dois milhões de euros, portanto eu penso que todos nós munícipes, merecemos uma informação séria, é que aqui como sabem, o estudo está adiantado e passado um ano, do estudo, ainda estão em estudos novos. Não sei se houve alteração, e repito, a pergunta é, vai-se ou não executar esta obra que é a travessia de todo o rio Cávado?

Depois, gostaria também de me suportar sobre o manifesto eleitoral, do qual o Sr. Presidente também faz parte, porque está aqui, que prometeram a descentralização das freguesias, nomeadamente das Assembleias Municipais, e um dos critérios eram também, as obras nas freguesias, sempre que houvesse um assunto importante numa freguesia para investir, iria fazer-se um esforço para descentralizar as Assembleias Municipais. Certo é que passados apenas dezassete meses do ato eleitoral, queria saber apenas se isto é para continuar, porque é que ainda não foi feito, ou então é porque ainda não houve nenhum investimento sério nas freguesias.

Para terminar mesmo, era sobre a Nacional 13, um dos critérios também tem a ver com os acidentes e muito bem, está-se a fazer uma rotunda, já foi anunciado que vão fazer mais duas rotundas, uma para a Cruz Vermelha e também para a Malafaia, mas eu devo dizer que, felizmente por um lado, infelizmente por outro, tem havido muitos acidentes em Fão, nomeadamente na Nacional 13. Eu queria saber para quando uma intervenção muito séria mesmo, na Nacional 13 em Fão. Outra das questões tem a ver com a postura de trânsito, já quem vai para o complexo desportivo, e fique tranquilo Sr. Presidente que não vou falar na variante, porque em princípio ela vai ser feita, com o tal negócio que se fez com o Braga, vai aparecer pelo menos uma parte dela, mas queria dizer que tem havido muitos acidentes naqueles cruzamentos, exatamente porque as pessoas não cumprem as regras de trânsito e como não há sinalização, para ajudar e para evitar esses acidentes, tem havido inúmeros acidentes, nomeadamente junto ao centro de saúde e também no cruzamento que liga a rua do futebol, tem havido ali alguns acidentes, na Nacional 13 também, mesmo em cima de passadeiras, felizmente nunca houve nenhuma morte e espero que não tenha que existir nenhuma morte para que haja obras nesta via que é muito importante.

Teria mais coisas para dizer, de qualquer maneira agradeço, muito obrigado!"-----

Terminada a intervenção do público o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que agradeceu as questões colocadas, tendo prestado esclarecimentos, nos seguintes termos:

"Em primeiro lugar, dizer eu no âmbito da minha intervenção em Fão, eu tenho ideia de ter agradecido a todos e se não o fiz peço desculpa, mas tenho ideia de ter agradecido a toda a gente, quer aos moradores, e aliás frisei bem a dificuldade que foi, enfim acho que é lógico

que assim se faça, as obras trazem esse tipo de constrangimento à circulação enquanto estão a ser executadas, não há outra forma, aliás agradei aos proprietários dos terrenos que nos deixaram passar por lá, principalmente a população do caldeirão que ficaram mesmo lá presos, portanto não tinham por onde sair, mas eu agradei a toda a gente, eu tenho para mim, eu não gravei, mas até podemos saber porque a sessão foi gravada, mas tenho para mim que agradei a todos, portanto se não agradei, peço-lhe desculpa que não me custa nada fazer esse exercício. Eu nunca prometi que íamos fazer a intervenção na totalidade, eu recordei que houve um abaixo-assinado, nós fomos muito claros em relação a essa matéria, iríamos avançar com essa primeira fase que aliás incluí uma parte da empreitada na rua das Pedreiras, que depois não foi possível ainda executar, mas que vamos executar, de alargamento e eu nunca prometi fazer na rua inteira, fizemos um cálculo através da Esposende Ambiente, em relação às habitações que era para servir e posso-lhe dizer, com algum desagrado até, que não vou avançar com o resto da empreitada enquanto não houver um índice de ligações ao saneamento, que justifique, foi feito um investimento municipal de trezentos e cinquenta mil euros e ainda hoje, temos uma dezena ou pouco mais de pedidos de ligação e portanto, enquanto as pessoas não ligarem, eu não faço o resto da rua, e portanto isto fica já aqui dito, porque não vale a pena, é o dinheiro dos munícipes que está a ser subaproveitado numa infraestrutura que afinal, acabou por servir mais para a requalificação urbana da rua, do que propriamente para servir as populações com o saneamento, e portanto, isso é um princípio básico que nós temos seguido nesta Câmara Municipal, o nosso executivo, não podemos andar a gastar o dinheiro das pessoas, se depois não há a correspondente ligação e atenção, porque aqui há uma prerrogativa muito importante, é que foi feito um abaixo-assinado e houve um compromisso por parte das pessoas, foram as pessoas que me pediram para fazer, e pediram para fazer e depois não ligarem, há aqui uma situação que carece de ser muito bem esclarecida e portanto, para mim é muito claro e com isto também não estou a dizer que mesmo que liguem na totalidade, eu possa fazer desde já o resto, porque é preciso perceber que nós vivemos um momento em que não há apoios de fundos comunitários para o saneamento, isto implica um esforço muito grande, gostava que percebessem isto, com trezentos mil euros no passado faziam-se dois milhões de euros de obras, e hoje com trezentos mil euros fazem-se trezentos mil euros de obra, é assim. Portanto, não há dinheiro de apoio de fundos comunitários para esta área, e portanto repare, se fossemos a contabilizar a rentabilização do investimento direto, através do pagamento do saneamento das pessoas, se calhar nem cem anos chegavam para recuperar o investimento e a infraestrutura não dura cem anos, ao fim de trinta, quarenta anos, é preciso ser renovada, etc. Portanto, ou há fundos comunitários para essa área, ou então não temos condições para o fazer e não é nada contra ninguém, temos que lidar com a realidade, eu também gostava de ter muitas coisas, mas não as posso ter, porque não tenho dinheiro para as comprar, é a vida. Portanto, ali pareceu-me uma boa ideia, porque olhando para o conjunto de habitações que por ali tem, acho que se justificava, acho que até era uma certa injustiça não terem o acesso ao saneamento, o que é incompreensível é agora as pessoas não ligarem, mas têm que se colocar do lado de cá, de quem tem que gerir dinheiros públicos e perceber se é correto ou não gastar o dinheiro dessa forma.

Quanto à questão da ponte, eu gostava de explicar que quando eu digo não foi prometida, se for ver ao nosso programa eleitoral não está lá essa ponte, como não poderia estar. O que acontece é que nós, durante o mandato, por vezes surgem oportunidades que nós não podemos deixar de lado. O que é que aconteceu, não existia projeto, temos a ecovia do litoral que

incluía da Ramalha, a Vilar de Mouros. O trajeto previsto para a ecovia do litoral, era pela ponte existente, com trânsito partilhado. Eu, nunca concordei muito com isso, a ponte com o trânsito rodoviário já é tão difícil, por as pessoas a passar ali era muito difícil e então por aquela lateral, também não tem condições para uma pessoa se cruzar com outra, então o que nós pensamos, conseguimos através do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável, uma verba de cerca de setenta mil euros para um projeto, um projeto de alargamento da ponte, pensei, se conseguíssemos alargar a ponte um pouco, ela tem há volta de oitenta centímetros, aquela plataforma, mais um metro, um metro e oitenta já era capaz de dar para se cruzar uma bicicleta com outra ou com pessoas a pé e, contratamos uma empresa para fazer esse trabalho que, ao contactar com as Infraestruturas de Portugal e há outras coisas aqui da Direção Geral da Cultura, porque é um imóvel classificado, portanto é um processo bastante complicado, foi informada que a estrutura da ponte não permitia sobrecarga, portanto as Infraestruturas de Portugal não deixavam que houvesse mais carga, portanto é preciso pensar que o alargamento naquela estrutura toda imaginem num dia que houvesse uma prova náutica ou qualquer coisa, com milhares de pessoas em cima da ponte, não era possível, as coisas são estudadas e temos que acreditar na engenharia. Não era possível, abriu-se a porta para fazermos um estudo para uma nova ponte, portanto nunca esteve prevista, porque não estava mesmo pensada, abriu-se a porta porque se não era possível alargar esta pensamos e que tal se a gente fizesse um estudo prévio para uma nova ponte, uma nova estrutura, e aqui, entra o facto de nunca termos prometido, as pessoas não votaram em nós pela ponte que vai unir Fão a Esposende, ou a Gandra se quiserem. Portanto, esse estudo prévio está a ser desenvolvido neste momento, é preciso recolher os pareceres, posso-lhes dizer que é um processo extremamente difícil, uma ponte implica sondagens no rio, é preciso vir um batelão para que a sondagem seja feita no meio do rio, para se perceber exatamente do que é que estamos a falar em termos de fundações, portanto é um projeto de muito elevada complexidade. É nossa intenção fazê-la, o que é que vai acontecer, eu preciso de um estudo prévio do projeto de execução pronto e isso vai ser feito, e vamos aguardar por uma oportunidade de financiamento, no âmbito dos fundos comunitários, nunca será possível fazê-la, neste momento a estimativa orçamental já está para cima dos três milhões de euros, atendendo à extensão que a ponte virá a ter, mas isto carece, posso-lhe dizer que neste momento está o projeto do Parque da Cidade, juntamente com o projeto dessa ponte e mais o alargamento e arranjo de toda a zona de Fão junto ao Fojo, está neste momento na Comissão de Coordenação para colher pareceres, porque são pareceres do ICNF, da APA, da própria Comissão de Coordenação, portanto, pareceres bastante complexos e que vão com toda a certeza introduzir alterações nesses projetos. Portanto, esta é a história, não anda aqui ninguém a enganar ninguém.

Quanto à Estrada Nacional 13, é importante perceber uma coisa, não foi por iniciativa da Câmara Municipal que se promoveu, houve um estudo das Infraestruturas de Portugal que veio dizer, por intenção da Câmara era requalificada toda a EN 13 no percurso do município de Esposende, para que fique bem claro, mas isto não é do meu tempo sequer, isto já é uma coisa antiga, as IP apresentaram um projeto de requalificação apenas do limite com Viana do Castelo, portanto na zona da Malafaia mais ou menos, até à ponte de Fão, eles é que fizeram assim, não fomos nós, nós quisemos sempre que fosse tudo. No âmbito dessa requalificação da estrada, estavam previstas quatro obras, o nó da Malafaia, a rotunda da Cruz Vermelha, a rotunda do Minipreço e um arranjo na zona ali onde está o carteiro neste momento, também para aquele sítio está prevista uma estrutura circular e eram as quatro que estavam previstas,

esta obra de reintegração integral estava prevista no âmbito do Governo anterior, por via das dificuldades anteriormente sentidas que se foram vivendo e das cativações diga-se, este projeto foi sendo empurrado para a frente, porque ele existe, de 2016 para 2017, depois 2018, 2019, 2020, 2021, quando nós começamos a perceber, nunca esteve em causa fazer nada do lado de lá, porque o projeto não o previa desde início, quando começamos a perceber que estava a ser empurrado para a frente, o sítio onde havia mais acidentes, de maior gravidade, mais complicado para as pessoas, era efetivamente a zona onde será agora a rotunda do Minipreço e tentámos junto da Tutela, no fundo sensibilizá-los para a situação, julgo que foi até logo após o falecimento de uma senhora de motorizada que foi lá atropelada. Conseguimos de alguma forma trazê-los para este projeto, a Câmara inclusivamente disponibilizou-se para colaborar do ponto de vista financeiro, depois não foi necessário, é importante dizê-lo, neste momento não é integralmente paga mas quase, pelas Infraestruturas de Portugal, com o compromisso nosso de avançar com a situação da Cruz vermelha, e o que está em andamento neste momento é isso, esta a ser levada a cabo uma intervenção naquela zona do Minipreço que irá demorar mais um mês ou dois para ficar concluída e nós neste momento vimos ao projetista, às IP para nos destacar a parte do projeto correspondente à intervenção na Cruz Vermelha, para tentarmos perceber em termos de expropriação o valor de que estamos a falar, e será a nossa segunda opção, mas ainda há dias o Sr. Presidente da Junta de Antas me ligou, a dizer que houve um acidente grave na zona da malafaia e portanto, esses sítios, se já estavam previstas intervenções para lá é porque apresentam essa perigosidade assumida, portanto não tem nada a ver, eu compreendo a situação de Fão e gostava de a resolver mas não está do nosso lado, nem na nossa mão, nós gostávamos inclusive de requalificar a zona integral da Nacional 13, que tem construção de passeios no projeto inicial, um conjunto de outras intervenções que eram muito necessárias mesmo, porque as condições de circulação são muito precárias.

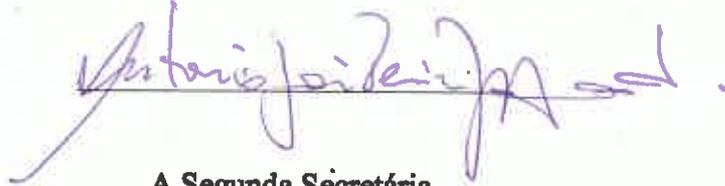
Penso que respondi sucintamente às suas questões. "-----"

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

---Sendo 00 horas e 05 minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.-----

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

A handwritten signature in blue ink, written over a horizontal line. The signature is cursive and appears to be "Antonio Pereira da Silva".

A Segunda Secretária,

A handwritten signature in blue ink, written over a horizontal line. The signature is cursive and appears to be "Janete Alves".